

Comissão Central de Pós-
Graduação
CCPG



Ata
406^a Reunião Ordinária

5/07/2023

Sala do CONSU

1 **ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA (406ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-**
2 **GRADUAÇÃO.** Aos cinco de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de
3 Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de
4 Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a
5 Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos
6 seguintes Membros: Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC),
7 Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Elayne Rohem Peçanha
8 (Representante Discente IQ), Enelton Fagnani (FT), Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE), José
9 Guilherme Cecatti (FCM), Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC), Marco
10 Lucio Bittencourt (FEM), Marcos Julio Rider Flores (FEEC), Marko Synesio Alves Monteiro (IG),
11 Mauro Cardoso Simões (FCA), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Renata Cristina Gasparino
12 (FENF), Rosângela Ballini (IE), Savio Souza Venâncio Vianna (FEQ), Tiago Zenker Gireli (FECFAU)
13 e Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP). Estiveram presentes Prof. Ricardo Luís Doretto
14 substituindo Prof. Orlando Luis Goulart Peres (Coordenador CPG/IFGW), Prof. Sérgio Pflanzler
15 Junior substituindo Profa. Liliana de Oliveira Rocha (Coordenadora CPG/FEA), Profa. Cecilia Mary
16 Fischer Rubira substituindo Prof. Luiz Fernando Bittencourt (Coordenador CPG/IC), Profa. Cláudia
17 Regina Cavaglieri substituindo Prof. Renato Barroso da Silva (Coordenador CPG/FEF) e Profa.
18 Laura de Oliveira Nascimento substituindo Prof. Marcelo Lancellotti (Coordenador CPG/FCF).
19 Justificaram ausência Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (Coordenador CPG/IA), Sr. Matheus
20 Alves Albino (Representante Discente – IFCH) e Sra. Yeda Endrigo Rabelo de Carvalho
21 (Representante Discente – IFCH). Estiveram presentes Prof. Dr. Cristiano Torezzan (Assessor
22 Docente de Gabinete – LUMINA), Sra. Camila Aguilar (Assistente Técnica GR – LUMINA), Profa.
23 Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor
24 PRPG), Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (Coordenador DAC), Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT
25 da PRPG), Sra. Silvana Milanin Mendes (Coordenadora de Serviços PRPG), Sra. Marli Padovan de
26 Souza (Coordenadora de Serviços PRPG), Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da CCPG) e Sra.
27 Bárbara de Almeida (Estagiária CCPG). A **Sra. Presidente** informou as justificativas de ausências,
28 e em seguida, submeteu à apreciação do plenário a Ata da Quadragésima Quinta (405ª) Sessão
29 Ordinária, realizada em 07/06/2023. Submeteu a aprovação a Ata, que foi aprovada com duas
30 abstenções. Passando para a Ordem do Dia, informou que a mesa destacava os itens 1 e 2.
31 Perguntou se havia mais algum destaque ou observação e, não havendo, colocou em votação os
32 itens não destacados da Pauta, que foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 3.**
33 **REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE FÍSICA GLEB**
34 **WATAGHIN (IFGW).** PROC. Nº 01-P-598/1970. IFGW – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra.

1 Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 028 a 072. Deliberação Articulada CCPG
2 Nº 4/2023. **ADENDO AO ITEM 3. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO**
3 **INSTITUTO DE FÍSICA GLEB WATAGHIN (IFGW)** - PROC. Nº 01-P-598/1970 - IFGW – Instrução
4 Normativa CPG/IFGW 004/2022. Fls. 02 a 05. **ITEM 4. INSTRUÇÃO NORMATIVA CPG/IFGW Nº**
5 **7/2022 – NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-**
6 **GRADUAÇÃO EM FÍSICA DO INSTITUTO DE FÍSICA GLEB WATAGHIN (IFGW).** PROC. Nº 01-
7 P-598/1970. IFGW – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli
8 (Assessora da PRPG). Fls. 073 a 075. Deliberação CCPG Nº 33/2023. **ITEM 5. ACORDOS: a)**
9 **ACORDO COTUTELA DE DOUTORADO A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IFCH) E A**
10 **UNIVERSIDADE DE OTTAWA (CANADÁ) – SRA. ANELISE WESOLOWSKI MOLINA.** PROC. Nº
11 09P-24557/2023 (d). IFCH – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer
12 Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 076 a 109. Deliberação CCPG Nº 34/2023. **ITEM 6. PROGRAMA**
13 **DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. Nº 26P-**
14 **24474/2023 (d). IE** – Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter
15 eventual”, no Catálogo de 2023: HO923 – “Explorações na Economia Pós-Keynesiana” – turma A.
16 Carga Horária Total: 30 horas (2 créditos). Período: 2º semestre de 2023. Oferecimento: Professor
17 Participante Temporário: Louis-Philippe Rochon (Laurentian University, Canadá). Fls. 110 a 117.
18 Deliberação CCPG Nº 35/2023. **b) PROC. Nº 26P-24474/2023 (d). IE** – Oferecimento da seguinte
19 disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: HO924 – “Desafios
20 para o Desenvolvimento: Mudanças no capitalismo contemporâneo e seus impactos no Sul Global”
21 – turma A. Carga Horária Total: 30 horas (2 créditos). Período: 2º semestre de 2023. Oferecimento:
22 Professor Participante Temporário: Louis-Philippe Rochon (Laurentian University, Canadá). Fls. 118
23 a 126. Deliberação CCPG Nº 36/2023. **ITEM 7. DESATIVAÇÃO DO PROGRAMA DE MESTRADO**
24 **PROFISSIONAL EM GENÉTICA HUMANA (FCM).** PROC. Nº 01-P32285/2013. FCM – Parecer
25 favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 127 a 134.
26 Deliberação CCPG Nº 37/2023. **ITEM 8. EXCLUSÃO E CRIAÇÃO DE ÁREA DE**
27 **CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL**
28 **EM SAÚDE COLETIVA: POLÍTICAS E GESTÃO EM SAÚDE (FCM).** PROC. Nº 02-P18568/2009.
29 FCM – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls.
30 135 a 141. Deliberação CCPG Nº 38/2023. A **Sra. Presidente** informou que tinham, no Expediente,
31 uma apresentação especial a respeito do LUMINA e do ALUMNI. Deu boas-vindas ao Prof.
32 Cristiano. O **Prof. Cristiano Torezzan** agradeceu e cumprimentou a todos. Disse que era docente
33 na Faculdade de Ciências Aplicadas e estava atuando como assessor docente da reitoria, que tinha
34 o dever de cuidar, dentre outros assuntos, do Fundo Patrimonial e das iniciativas relacionadas à

1 Rede Alumni. Informou que divulgaria, em especial, um programa que tinham recém-criado,
2 chamado “Women in STEM”. Era um assunto muito novo na Unicamp e no Brasil. Disse que não
3 tinham uma tradição de fundo de doações, mas tinham alguns marcos importantes. Em 2019, tinha
4 sido promulgada a Lei 13.800, que permitia que as fundações públicas pudessem ter os seus fundos
5 patrimoniais, os fundos de doações. Sabiam que aquela tradição existia em países da Europa e nos
6 Estados Unidos, onde, em muitas universidades, as doações constituíam uma fonte muito relevante
7 de recursos extraorçamentários. Por isso, uma de suas missões ali era que conseguissem construir
8 aquilo na Unicamp. Por conta da lei, a Unicamp havia criado, no início de 2020, um fundo patrimonial
9 oficial, chamado LUMINA, cujo objetivo era, justamente, atrair recursos financeiros para apoiar e
10 incentivar projetos e iniciativas da Unicamp. Como tinham passado pela pandemia nos anos de
11 2020 e 2021, tinham conseguido retomar o projeto apenas no final de 2022. Explicou que, em um
12 fundo patrimonial, pessoas físicas ou jurídicas faziam doações para o fundo. A Lei 13.800 previa
13 que 80% do valor doado fosse destinado para formar o capital do fundo e 20% fosse de aplicação
14 imediata. Então, a ideia era que o fundo, ao longo do tempo, constituísse um capital cujo rendimento
15 pudesse ser aplicado. Informou que o fundo tinha um Conselho de Administração, que contava com
16 a presença do Sr. Reitor como presidente, membros do Conselho Universitário que participavam do
17 Conselho de Administração do LUMINA e pessoas da sociedade. Havia também um Comitê Gestor
18 de Investimentos, que decidia como os investimentos do fundo seriam realizados. O Comitê de
19 Administração era responsável por escolher e definir os programas e projetos que seriam apoiados.
20 Até outubro de 2022, quando ele e a Sra. Camila tinham entrado no assunto, já tinham arrecadado
21 um pouco mais de 500 mil reais do fundo. Entraram justamente quando a Unicamp estava
22 negociando uma doação que tinha vindo por intermédio de um egresso que era CEO de uma
23 empresa chamada “Qualcomm”, Cristiano Amon. Disse que era uma das principais empresas do
24 mundo na área de tecnologia e inovação, principalmente de redes e internet. O Sr. Cristiano, por
25 meio da Qualcomm, tinha sinalizado uma doação de 750 mil dólares em três parcelas, que seria
26 destinada, especialmente, para programas relacionados a mulheres em STEM, que eram as áreas
27 de Estatística, Engenharia, Tecnologia e Matemática. Tinham dois problemas na Unicamp: um deles
28 era conseguir alguém que quisesse doar e o outro era receber, efetivamente, a doação. O Fundo
29 LUMINA tinha a missão de tentar facilitar aquele caminho. A doação tinha sido sinalizada no final
30 do ano anterior e, em fevereiro de 2023, tinham conseguido efetivar, de fato, a primeira parcela, o
31 que tinha feito com que o fundo passasse de um pouco mais de 500 mil reais para 2 milhões.
32 Também tinham recebido uma doação do fundo de investimento de uma empresa brasileira da área
33 financeira chamada Viena, que, na verdade, tinha doado 500 mil reais, sendo 50 mil relativos à
34 autorização para que pudessem usar a marca “Lumina” em um dos fundos que tinham. Eles tinham

1 lançado um fundo que, coincidentemente, se chamava “Lumina”, e tinham descoberto que o fundo
2 da Unicamp se chamava “LUMINA”. Por isso, precisavam pedir autorização, pois o da Unicamp era
3 precedente. Eles tinham comprado o direito de usar, naquele produto, os 50 mil, e tinham doado
4 mais 450 mil. Atualmente, o rendimento daquele fundo, que estava com um pouco mais de 2 milhões
5 de reais, já dava 140 mil de rendimentos do histórico do fundo. A expectativa era de que crescesse
6 mais. Disse que iria mostrar algumas ideias que podiam, de fato, aumentar o fundo. Por conta da
7 doação da Qualcomm, direcionada para a área de mulheres em STEM, tinham criado um programa
8 que, atualmente, era associado ao LUMINA e gerenciado em conjunto com o SAE. O programa
9 tinha o objetivo de aplicar aqueles recursos da Qualcomm. Na prática, aquilo significava converter
10 os 250 mil dólares para reais, pegar 20% e aplicar direto para a doação. Havia um programa,
11 implementado com ajuda do SAE e da PRG, que fornecia 29 bolsas de 700 reais para meninas da
12 graduação, de todos os cursos da Unicamp. Então, tinham selecionado, pelo SAE, meninas
13 elegíveis e estudantes de engenharia que tinham perfil social para receber bolsa, mas que não
14 tinham sido contempladas por algum motivo. Aquilo tinha sido um grande desafio, pois tinham
15 recebido o recurso no início de fevereiro e, em maio, já tinham aplicado. Aquilo era uma coisa muito
16 importante para os doadores, visto que eram movidos pelo impacto de suas doações. Por isso,
17 tinham que mostrar, muito rapidamente, que o recurso que tinha sido dado estava sendo aplicado,
18 pois aquilo catalisava novas doações. Informou que ainda precisavam de colaboração. Sabia que,
19 ali, o foco era a pós-graduação e falaria sobre duas iniciativas relacionadas à pós-graduação, mas
20 todos também eram professores da graduação. Tinha 29 bolsas no total, mas somente 17
21 aplicadas. Então, estavam à procura de novas estudantes que pudessem receber as 12 bolsas em
22 aberto. Solicitou a ajuda de todos para espalhar a informação de que a Unicamp tinha um fundo
23 patrimonial, que estava recebendo doações e, em especial, que tinham 12 bolsas em aberto para
24 meninas interessadas, preferencialmente, em estudar questões de computação e semicondutores,
25 porque aquela era a área de atuação da Qualcomm. A empresa estava disposta a abrir um programa
26 especial, uma espécie de atalho para fazer carreiras gerenciais para estudantes contempladas com
27 aquele programa. Além disso, destacou a importância de fortalecerem a rede Alumni a partir dos
28 egressos. Não tinha dúvida de que aquele era, atualmente, um dos ativos mais subvalorizados na
29 Unicamp. Tinha uma cultura, tanto na Unicamp quanto no Brasil, de ter pouca relação com os
30 egressos. Suspeitava que o processo de formação era um pouco traumático, visto que os
31 estudantes não viam a hora de se livrar da Unicamp e vice-versa. Passados seis meses ou um ano
32 da formatura, eram ineficientes em fazer uma retomada com os alunos, o que afastava um pouco a
33 universidade da rede de egressos. Disse que o potencial da rede de egressos da Unicamp era
34 enorme, mas, considerando apenas graduação e pós-graduação stricto sensu, dos quase 150 mil

1 egressos, mantinham contato com pouco menos de 7 mil pela plataforma oficial. Havia um espaço
2 enorme para explorarem e aquele era um assunto que tinha sido debatido em várias gestões. Muitas
3 pessoas tinham trabalhado seriamente com aquele problema, mas, dentre outras coisas, a Unicamp
4 tinha sofrido um atraso na transição, em parte porque não tinham, ainda, uma estrutura formada
5 para cuidar da rede de egressos. Por isso, estavam propondo um conjunto de ações, que gostaria
6 de divulgar. A primeira era uma ação que iriam propor no CONSU de agosto, que consistia em um
7 prêmio chamado “Prêmio Egresso Destaque”. Era um prêmio não pecuniário, ou seja, não tinha
8 dinheiro envolvido, e suas regras eram, de alguma maneira, inspiradas no Prêmio Destaque de
9 carreira docente. Dessa forma, iriam premiar um estudante ou uma estudante de graduação e de
10 pós-graduação por unidade, a partir das regras definidas por cada unidade. Seriam contabilizadas
11 25 unidades ao todo, contando com pós-graduação stricto sensu, mestrado, doutorado e colégios
12 técnicos. A ideia era premiarem, anualmente, 50 egressos na Unicamp. Reforçou que estavam
13 chamando de “destaque” e não de “sucesso”, justamente para que cada unidade pudesse definir,
14 naquele ano, o que considerava como destaque. Em determinado ano, por exemplo, a unidade
15 poderia premiar alguém que se destacava em sustentabilidade ou artes e, no outro ano, escolher
16 outros critérios. A minuta, que estava pronta e aprovada pela PG, seria submetida no Conselho
17 Universitário de agosto, com a ideia de que implementassem ainda naquele ano. Informou que
18 também tinha trabalho no aprimoramento de um detalhe do “Programa Parceiros”, coordenado pela
19 Deia, que era um programa já instituído e muito importante na Unicamp. O Programa Parceiros
20 tinha viabilizado, por exemplo, um grande conjunto de doações durante a pandemia. A Professora
21 Cláudia estava ali e tinha administrado muitas daquelas coisas, mas o programa tinha uma trava:
22 ele não permitia, por uma instrução interna da DGA, o recebimento de bolsas de estudo. Informou
23 que tinham entendido, junto com a Procuradoria, que era possível retirar aquela trava, ou seja,
24 permitir que o Programa Parceiros também recebesse verba de doação para aplicação em bolsas
25 de estudo para estudantes. Destacou duas experiências, nas quais estava participando ativamente,
26 de empresas, corporações e instituições públicas que se dispunham a doar bolsas de pós-
27 graduação. Disse que coordenava um convênio com a DeepMind, uma empresa de Inteligência
28 Artificial que tinha sido adquirida pela Google e que tinha sede na Inglaterra. Já era o terceiro ano
29 que eles financiavam o projeto da Unicamp. Eles tinham um programa chamado “*The DeepMind*
30 *scholarship*”, através do qual doavam, exclusivamente, bolsas de pós-graduação. Por isso, eles
31 vinham doando quase 1 milhão de reais por ano para aplicar em bolsas de mestrado e doutorado.
32 Tinha comentado aquilo em uma palestra de um gerente da Magazine Luiza, que tinha acontecido
33 na FCA. Tinha dito a eles que a Unicamp vinha pegando bolsas de estudo e colocando alguns dos
34 melhores alunos em contato com empresas gringas e, pelo fato de a Magalu ter uma iniciativa de

1 inclusão importante, perguntou a eles se não queriam ajudar a Unicamp naquilo. Tinha tomado um
2 susto, pois eles realmente tinham se interessado e até tinham perguntado quanto custava uma
3 bolsa de pós-graduação. Quando respondeu que uma bolsa de mestrado era um pouco menos do
4 que o custo de um estagiário, eles ficaram surpresos e resolveram dar 10 bolsas para o próximo
5 semestre. Naquele momento, não tinha onde assinar para dar aquelas 10 bolsas e, por isso, tinham
6 ido atrás do Parceiros. Atualmente, conseguiam fazer de uma semana para outra. Então, gostaria
7 que os coordenadores dos cursos de pós-graduação soubessem que, a partir daquele instrumento,
8 era possível, com um custo administrativo relativamente baixo, receberem doações de bolsas de
9 pós-graduação de pessoas físicas ou jurídicas. Já tinham uma bolsa ensino-empresa do SAE, mas
10 aquilo exigia um compromisso do orientador, destinado diretamente ao aluno. Ali, podiam receber
11 um recurso e alocar o aluno depois, o que era uma vantagem. Aquele recurso entrava via Parceiros,
12 ia para a FUNCAMP e a bolsa era atribuída depois pelo coordenador de um programa. Como tinha
13 falado, também havia a criação de um escritório de Alumni vinculado ao Gabinete do Reitor, que
14 vinha para resolver o problema do atraso na transição que estavam propondo, visto que aquele
15 assunto interessava tanto para os egressos da graduação quanto da pós-graduação. A proposta
16 que estavam fazendo seria analisada ainda, mas deveria ter um representante da PRPG e da PRG,
17 além de um representante da reitoria para cuidar das políticas de Alumni. Além disso, estavam
18 reativando a rede de facilitadores nas unidades, que, de fato, iam atrás dos estudantes para
19 ingressarem. Esperava que fizessem uma grande campanha para envolvimento com as
20 organizações estudantis. O contato com o estudante já formado ficava mais difícil, pois alguns deles
21 até chegavam até a questionar quem tinha dado autorização para a Unicamp entrar em contato.
22 Aquele era um termômetro de como vinham tratando os egressos. Não tinha dúvida de que, se
23 fizessem um levantamento em qualquer área do conhecimento ou de trabalho, tinham egressos na
24 Unicamp atuando com muito destaque. Questionou quantos reitores de universidades públicas e
25 privadas, políticos, administradores públicos de primeiro escalão em ministérios, empresários e
26 artistas, por exemplo, eram egressos da Unicamp. Precisavam encontrar maneiras de aproximar
27 aquela rede, que eram os ativos mais subvalorizados da Unicamp atualmente. A ideia de envolver
28 os estudantes, especialmente as organizações estudantis, era para ter contato com aquelas
29 pessoas, trazendo-os para fazer atividades de mentoria, palestras etc. Agradeceu pelo espaço
30 disponibilizado pela CCPG para divulgar aquelas iniciativas. Disse que talvez pudesse voltar no final
31 do ano, quando as coisas estivessem aprovadas pelo CONSU, a fim de que discutissem,
32 efetivamente, um pouco mais sobre a implantação daquelas políticas. A **Sra. Presidente** agradeceu
33 ao Prof. Cristiano e disse que tinha uma curiosidade a respeito da apresentação. Perguntou se não
34 tinham, realmente, encontrado 17 alunas cadastradas com bolsas naquelas áreas tecnológicas da

1 graduação. O **Prof. Cristiano Torezzan** respondeu que não tinham encontrado. A **Sra. Presidente**
2 disse que, então, tinham que estimular mesmo a graduação naquelas áreas, pois, tentar trazer
3 meninas para as áreas tecnológicas na graduação era um movimento mundial. O fato de terem
4 encontrado somente 17 meninas a surpreendia. O **Prof. Cristiano Torezzan** disse que aquilo
5 também tinha surpreendido a todos no projeto. As meninas que estavam procurando eram aquelas
6 que tinham procurado o SAE em busca de apoio e não tinham conseguido. Então, devia haver,
7 obviamente, mais estudantes em situação de vulnerabilidade, mas muitas delas já eram
8 contempladas. Esclareceu que aquela bolsa podia ser cumulativa, pois era dinheiro privado, que
9 caía na FUNCAMP. Ela poderia acumular, por exemplo, com uma bolsa de iniciação científica,
10 porque elas tinham que assinar um termo. Basicamente, havia duas coisas que as meninas
11 precisavam fazer, que tinham sido definidas com a PRG. A primeira delas era continuar sendo boas
12 alunas, o que era meio vago. Em termos, significava que elas não podiam trancar as disciplinas ou
13 desistir de vir à aula. No entanto, não tirariam a bolsa caso existisse uma reprova, pois eram áreas
14 difíceis e ter uma reprova era comum. A segunda coisa era participar das ações que a Qualcomm
15 desenvolvesse na Unicamp. A Qualcomm já tinha vindo fazer uma oficina, pois eles queriam
16 prospectar lideranças. Eles acreditavam que as alunas da Unicamp poderiam trilhar, rapidamente,
17 um caminho de liderança na empresa. A sub-representação das mulheres nas áreas tecnológicas
18 da graduação se agravava nos cargos de liderança de empresas de tecnologia. O funil ia apertando
19 e a Qualcomm queriam acelerar aquilo. A **Sra. Presidente** disse que gostaria de saber se existia
20 uma estratégia da LUMINA para mudar aquela cultura de doação de ex-alunos, pois aquilo tinha
21 demorado para acontecer. Eram anos para que aquilo acontecesse, sobretudo para os americanos.
22 Os americanos tinham o hábito cultural e econômico de fazer doações. Não era qualquer um que
23 faria uma doação de 3.8 milhões de reais. O **Prof. Cristiano Torezzan** disse que achava que tinham
24 estratégias. Era um trabalho de longo prazo, que precisava atravessar muitas gestões. Uma das
25 coisas que tinham feito, visando à agilidade, tinha sido transferir o fundo que estava atrelado à
26 reitoria para a FUNCAMP, pois, às vezes, era necessário ser muito rápido para contratar uma
27 consultoria. Precisavam ser ágeis na aplicação e, por isso, tinham levado aquele fundo para a
28 FUNCAMP, mantendo a Unicamp como beneficiária. Também estavam flexibilizando as formas de
29 doações, que passariam por uma alteração de regimento do fundo. Atualmente, o fundo só podia
30 receber doação financeira, ou seja, só dinheiro, e tinham que estar preparados para recebê-las. As
31 principais doações de fundos americanos e europeus eram em espólio, ou seja, a pessoa deixava,
32 em testamento, um terreno, cotas de uma empresa, patrimônios que não eram financeiros etc.
33 Inclusive, com cláusulas dizendo que a receptora não podia se desfazer do bem. Exemplificou que
34 tinham que estar preparados para o caso de haver uma doação de um percentual grande de cotas

1 de uma empresa, com o único compromisso de que a Unicamp não pudesse vende-las, mas
2 somente usar os dividendos. A Universidade tinha um pouco mais de 50 anos, e, por isso, talvez
3 estivessem começando a viver, agora, o primeiro ciclo de egressos que tinham tido sucesso
4 financeiro e que começavam a planejar o seu espólio. A Unicamp teria que se preparar para receber
5 as doações de forma rápida. E, depois, teriam que, talvez, através de contratações, fazer eventos
6 de captação, os famosos jantares que tinha nos Estados Unidos, os *Ted Talks* etc. A FCM tinha
7 uma tradição de fazer eventos, e achava que tinham que se inspirar um pouco nela. Alguns
8 institutos, como o de Computação, tinham uma facilidade para atrair recurso. O projeto tinha
9 recebido 3 milhões da Qualcomm, e o Instituto de Computação havia recebido quase o mesmo valor
10 em AU vindo do Fabrício Bloisi, dono do *Ifood*, e do *Movile*, que era um dos conselheiros do
11 LUMINA. Achava que precisavam de duas coisas: agilidade interna e prospecção externa. A **Sra.**
12 **Presidente** disse que faria uma pergunta a respeito dos recursos que tinham que passar no CONSU
13 e ir para a FUNCAMP para, eventualmente, virarem bolsas para os alunos. Perguntou onde as
14 bolsas ficariam concentradas e se os parâmetros seriam os da CAPES. O **Prof. Cristiano Torezzan**
15 respondeu que mais ou menos. A **Sra. Presidente** disse que sabiam que, às vezes, os institutos
16 tinham convênio com empresas que faziam aquela relação com os alunos e, por isso, ganhavam
17 bolsas superiores. Em relação ao fundo que estava vindo para a FUNCAMP, não sabia muito bem
18 como era a gestão daquilo, porque achava importante. Esclareceu que a bolsa que a FUNCAMP
19 pagaria naquele instituto era duas vezes maior do que a bolsa de um agente federal. O **Prof.**
20 **Cristiano Torezzan** disse que talvez pudesse ser aprimorado, e aquele era o fórum adequado para
21 debaterem. Disse que incluiria outro aspecto, que dizia respeito a como incluir as áreas que eram
22 menos atrativas, como as sociais e humanas, em programas como aquele. Os convênios tinham
23 uma lógica própria, ou seja, um convênio de colaboração de pesquisa e desenvolvimento podia ter
24 uma bolsa para algum estudante, assim como podia atribuir bolsa de tecnologia para as docentes
25 ou pagamento de horas de trabalho. Disse que, atualmente, o primeiro caminho era o da Bolsa-
26 Pesquisa, que era um recurso direto dado por uma empresa para um estudante, mediante anuência
27 do coordenador. Havia formulários simples que informavam que determinada empresa queria dar
28 uma bolsa para determinado estudante, o qual tinha um trabalho orientado por tal pessoa. O
29 segundo caminho, que era o item 2, era o Programa Parceiros da Unicamp, que recebia qualquer
30 tipo de doação. Era o caminho mais fácil e, talvez, o mais correto para que a Unicamp recebesse
31 doações além do “Amigos do HC”, que era similar. O Programa Parceiros permitia, agora, o
32 recebimento de bolsas de estudo, e, então, qualquer instituição pública ou privada que quisesse
33 doar uma bolsa poderia. Antes, o caminho era o do convênio. Exemplificou que, por ser executor
34 daqueles convênios com a DeepMind, não podia receber nada, o que lhe dava um grande trabalho.

1 Por isso, tinham que passar em todos os lugares pedindo isenção das taxas, como a AIUP e a
2 AIPEX. O contrato era bilíngue, demorava seis meses e, quando voltava, precisavam explicar para
3 os estrangeiros por que tinham que fazer aquilo. Hoje em dia, não precisariam mais, pois havia um
4 termo simplificado, que não era um convênio, mas um patrocínio. O valor da bolsa era definido em
5 conjunto com o doador, usando como referência a bolsa da FAPESP com alguns adicionais. Por
6 exemplo, a bolsa DeepMind tinha auxílio-deslocamento, porque ela estava focada em pretos,
7 pardos e mulheres. No caso de estudantes do Maranhão e Ceará, por exemplo, tinham justificado
8 que havia um custo para se deslocar para Campinas. Eles estavam acostumados com aquilo e,
9 então, pagavam 1500 dólares de deslocamento e mais 2 mil dólares de equipamento. Além da
10 bolsa, que era referência FAPESP, havia uma reserva. A bolsa da Magalu era referência FAPESP
11 e tinha uma reserva para a compra de computadores de 3 mil reais, por exemplo. Não sabia se a
12 preocupação era de que aquelas bolsas distorcessem os valores. Achava que era bom manter uma
13 referência, mas não sabia se deviam limitar o valor. Havia um limite máximo que a FUNCAMP podia
14 pagar, o qual nunca poderiam ultrapassar. Era quase o dobro da bolsa FAPESP, o que podia criar
15 uma distorção para referência. Talvez fosse o caso de criar um fundo que permitisse reservar 20%
16 para áreas não TI, em um programa que teria 10 bolsas em uma área de TI, por exemplo. Aquilo
17 também era interessante para as empresas, pois elas também precisavam de pessoas que não
18 eram só dedicadas a TI. O programa possibilitaria, por exemplo, as bolsas para os programas de
19 ciências sociais e humanas e para aqueles com notas CAPES 3 e 4, que tinham mais dificuldade.
20 Achava que dava para fazer aquilo, mas precisavam das ideias e do apoio de todo mundo. A **Sra.**
21 **Presidente** disse que sabia que estava começando e por isso tinha feito a pergunta, mas também
22 era uma preocupação sua. Ninguém era contra ter uma reserva técnica ou contra o deslocamento
23 do aluno de fora, obviamente. No entanto, achava que eram questões importantes para se ter como
24 padrão. Em relação ao que o Prof. Cristiano tinha acabado de falar, sobre beneficiar, eventualmente,
25 segmentos da pós-graduação ou da graduação, cursos com uma nota mais baixa que tinham
26 dificuldade e a participação de mulheres em determinadas áreas, achava que poderiam, em algum
27 momento, conversar se aquilo seria possível. O **Prof. Cristiano Torezzan** disse que achava que
28 tudo aquilo era uma construção coletiva e, por isso, era muito importante ter a participação dos
29 coordenadores de pós-graduação. Disse que estavam totalmente abertos a qualquer sugestão.
30 Reforçou que, com aqueles caminhos, estavam preparados para serem ágeis no recebimento das
31 doações, o que poderia liberar os coordenadores, programas e docentes para começar a
32 prospectar, a fim de que aplicassem o recurso rapidamente. Disse que vinham criando mecanismos
33 de aplicação ao longo do tempo, e achava que poderiam fazer uma busca mais ativa. Como tinham
34 25 unidades na Unicamp, não devia ser difícil cada uma conseguir doações de 10 mil reais. Aquilo

1 significava que conseguiriam 500 mil reais, o que era totalmente factível. Se conseguissem quatro
2 doações, teriam 1 milhão de reais, além das doações de grande volume que vinham
3 esporadicamente. Agradeceu. A **Sra. Presidente** perguntou se mais alguém gostaria de tirar
4 dúvidas e, não havendo, passou para os destaques da mesa. **DESTAQUES DA MESA: ITEM 1.**
5 **MINUTA DE DELIBERAÇÃO CONSU QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS**
6 **DE AÇÕES AFIRMATIVAS EM MODALIDADES DE COTAS PARA INGRESSO NA PÓS-**
7 **GRADUAÇÃO** - PROC. No 01-P-11259/2022 (d). Fls. 005 a 026. **ITEM 2. ALTERAÇÃO**
8 **RESOLUÇÃO PED GR-071/2020, DE 22/06/2020** - PROC. No 01-P-29439/2009. Fls. 027. Em
9 relação ao item 1, tinha sido comentado, em reuniões anteriores, sobre o resultado do GT para
10 implantação de cotas, que tinha sido uma experiência importante. No final do relatório, tinham
11 apresentado um modelo de deliberação, o qual deveria ir para aprovação no Conselho Universitário.
12 Informou que a deliberação era o que estava em discussão, que era fruto da discussão formalizada,
13 no ano anterior, pela reitoria, mas com componentes daquela CCPG. Tinha sido mais amplo do que
14 aquilo, pois o GT tinha trazido, além de funcionários vinculados a programas que já tinham cotas,
15 um funcionário da DAC para ajudar a pensar no funcionamento, nos procedimentos e na
16 convivência com os programas que já tinham implantado as cotas. Relembrou que, no trabalho do
17 GT, tinham feito um levantamento na universidade sobre os programas que já tinham implantado
18 cotas. Naquele levantamento, tinham questionado como tinha sido feita a implementação e sobre a
19 possível adesão dos programas. Informou que o resultado tinha mostrado que 47% dos programas
20 da Unicamp já tinham cotas implantadas desde o momento da discussão das cotas para a
21 graduação. Aquilo tinha sido muito importante, porque já mostrava, pelo menos para o GT, a
22 disposição da universidade em tornar a política mais ampla. Em relação ao questionamento sobre
23 a possível adesão, tinham tido 40% de manifestações de adesão, o que também tinha sido um
24 número alto. Alguns dos programas, naquele meio tempo, já tinham implantado cotas, e havia
25 programas que estavam esperando a deliberação daquele texto para implantá-las. Era uma
26 discussão que já estava madura. Para quem tinha acompanhado a implantação das cotas na
27 graduação, anos atrás, quando aquela discussão tinha aparecido, sabia que ainda era de pouco
28 acesso e implantação, embora já tivessem tido, no país, universidades federais com a política de
29 cotas. Disse que tinham trazido a Ana Venturini, que trabalhava no Ministério da Igualdade, por
30 conta da política de cotas. Ela tinha coordenado, até ir para Brasília, o Obaap (Observatório de
31 Ações Afirmativas na Pós-graduação) que pesquisava sobre a implantação daqueles programas, e
32 ela própria tinha feito aquele levantamento. No ano anterior ou retrasado, apenas 57% dos editais
33 de seleção para ingresso na pós-graduação mencionavam a implantação de cotas. Inclusive, na
34 Portaria do próprio MEC, em 2016, que buscava aperfeiçoar a implantação de cotas, estava escrito

1 que a CAPES tinha que ter um observatório interno para parametrizar aquela política pública, com
2 coleta e análise de dados. Disse que a CAPES estava começando a fazer somente agora. Portanto,
3 não havia dados oficiais sobre a presença de alunos pretos e pardos na pós-graduação brasileira,
4 o que era muito ruim para traçar qualquer política pública. Mas, no meio daquele cenário todo,
5 tinham trazido a discussão para a universidade novamente, que parecia estar sendo bastante
6 positiva. Aquele era o texto que iria para o CONSU, com eventuais modificações e sugestões. Disse
7 que a palavra estava aberta. O **Prof. Ricardo Luís Doretto (IFGW)** perguntou se havia alguma
8 permissão da universidade para fornecer bolsas adicionais específicas. A **Sra. Presidente**
9 respondeu que toda aquela política estava prevendo, certamente, uma ampliação de recursos
10 orçamentários para a permanência estudantil. Algumas políticas vinham sendo paralelamente
11 definidas. Exemplificou que a cota que a PRPG recebia da CAPES, de Bolsa Emergencial da
12 demanda social para mestrados e doutorados, não era tão grande frente ao alunado da pós-
13 graduação, mas era uma cota. Já tinham definido, internamente, o critério socioeconômico e étnico-
14 racial para o recebimento daquelas bolsas, que vinham da Pró-Reitoria. A política de permanência
15 era um problema na universidade, o qual, provavelmente, demoraria para dar conta de tudo. No
16 entanto, achava que, se esperassem o recurso adequado para a inserção daqueles alunos,
17 demorariam muitos anos, o que não podia acontecer, a seu olhar. O **Prof. Ricardo Luís Doretto**
18 **(IFGW)** disse que, na discussão da CPG da Física, tinham achado que seria interessante que certo
19 número de bolsas por programa fosse fornecido pela Unicamp, porque usariam as bolsas de cotas
20 para aquilo. A ideia seria que a Unicamp fornecesse, pelo menos, uma bolsa por programa para
21 usar com cotas. Exemplificou que, no caso do programa de graduação das federais, tinha ocorrido
22 um aumento do número de vagas e, dentro dele, as cotas. Achava que seria legal fazer as cotas
23 com o aumento de bolsas, pois tinham uma redução de bolsas. Disse que ficou se perguntando se
24 o fundo LUMINA não poderia ser usado para aquilo, pois era um dinheiro da Unicamp. A **Sra.**
25 **Presidente** disse que sua pergunta para o Prof. Cristiano tinha ido, justamente, na direção de saber
26 se poderiam organizar melhor o uso das bolsas que viriam daquele recurso externo. Achava que
27 era de extrema importância a participação tanto da PRG quanto da PRPG naquelas decisões e na
28 deliberação, pois não era só uma relação com a FUNCAMP. Concordava plenamente que aquela
29 era uma demanda que iriam levar, e já tinha dito ao Prof. Cristiano que iriam, certamente, querer
30 participar daquilo. Com relação a definir uma política de bolsa por programa pela Unicamp, não
31 sabia o quanto era viável, pois a universidade não tinha política de bolsas completas, nem podia
32 ter. Ela tinha auxílios, e, nesse sentido, muitos programas definiam, por exemplo, que as bolsas
33 PED tinham prioridade para determinados alunos, até o programa conseguir uma bolsa e virar uma
34 demanda social de uma Bolsa CAPES. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)**

1 cumprimentou a todos e disse que gostaria de fazer uma pergunta sobre o Artigo 3º da Minuta, que
2 falava sobre a avaliação anual de desempenho. Não estava ali, especificado, como cada unidade
3 iria decidir sobre as formas de avaliação. Estava falando aquilo porque estava havendo uma
4 discussão, no IFCH, em que os próprios alunos e alunas da pós-graduação estavam pedindo uma
5 avaliação das disciplinas, assim como tinham na graduação. Aquela era uma questão que, inclusive,
6 a CAPES também cobrava. Gostaria de saber se havia uma discussão sobre aquele modelo
7 específico sobre o desempenho e diagnóstico das cotas étnico-raciais, porque tinham recebido,
8 recentemente, a Ficha Universal para a matrícula. A **Sra. Presidente** disse que a discussão existia,
9 mas as decisões não. Na verdade, as decisões nem deveriam aparecer na deliberação pois, senão,
10 a cada mudança, teriam que colocar a deliberação para ser votada no CONSU novamente. O que
11 tinham colocado era que a PRPG tinha que apoiar, justamente, a coleta e a concentração daqueles
12 dados, para saberem até onde a política estava sendo bem-sucedida em seu desempenho. Disse
13 que o Art.4 falava que a política de ação afirmativa era algo sempre temporário e, quando ela tivesse
14 tido o seu desempenho total, não precisaria mais acontecer. Sabia que aquilo iria demorar muitas
15 décadas para acontecer, mas estava ali. A ideia era que ficasse formalizado que a PRPG
16 promoveria aquelas informações. Disse que coletariam, analisariam e forneceriam os dados para
17 os programas. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que o IFCH era
18 um dos institutos que tinha o maior número de programas. Eram dez programas de pós-graduação
19 e não havia consenso interno sobre aquela forma de avaliação. A **Sra. Presidente** disse que tinham
20 um problema sério com coleta de dados, mas achava que iriam ter uma certa convergência, pois
21 precisavam de dados para fazer a política. Tudo era convencimento e consenso. Esperava que a
22 **Profa. Nashieli** conseguisse fazer aquilo no IFCH. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)**
23 cumprimentou a todos e disse que gostaria de trazer um ponto de vista discente para a discussão,
24 dado que eram cotas raciais da pós-graduação. Em primeiro lugar, lembrou que a existência de
25 cotas de pós-graduação não garantia que as pessoas que precisavam daquelas vagas chegassem
26 até a Unicamp. Um dos motivos para aquilo era o tamanho continental do Brasil, o que tornava a
27 questão do deslocamento um problema. Migrar de um estado para outro era um desafio, e falava
28 como migrante. Levando em consideração que o valor da bolsa de pós-graduação, por mais que
29 tivesse tido um aumento de 40%, era irrisório, era difícil para uma pessoa se deslocar. O próprio
30 Prof. Cristiano havia falado que o representante da Magalu tinha ficado surpreso com o quão baixa
31 era aquela bolsa. Além disso, a partir do momento em que chegavam na Unicamp e firmavam o
32 Contrato CAPES, CNPq ou FAPESP, tinham que ter dedicação exclusiva. O fator de exclusividade
33 não era só por conta do contrato, mas também porque existia uma cultura dos orientadores e
34 orientadoras de exigir que os alunos criassem o hábito de estar presentes nos laboratórios,

1 mostrando que estavam fazendo a pesquisa. Do ponto de vista da permanência, que a Profa.
2 Rachel havia falado, a questão dos auxílios vinculados ao SAE demandava, novamente, que o edital
3 graduação fosse o mesmo tanto para as bolsas de graduação quanto para as de pós-graduação.
4 Era feito um cálculo que levava em consideração as bolsas de graduação. A partir do momento em
5 que uma pessoa da pós-graduação começava a receber bolsa de pós-graduação, a sua pontuação
6 aumentava significativamente, o benefício saía e o auxílio do SAE, que contava com pouquíssimas
7 bolsas, não ficava mais disponível para a pós-graduação. Aquilo não significava que a bolsa de pós-
8 graduação fosse capaz de suprir as necessidades dos alunos. Não sabia se era do conhecimento
9 de todos o preço do aluguel em Barão Geraldo. Uma kitnet de 20 metros quadrados, contando com
10 o banheiro, o quarto e a cozinha, estava, em média, 1200 reais. Além disso, também tinha a comida.
11 Não sabia se estavam indo ao RU, mas, além da catraca inicial para entrar, a Soluções tinha achado
12 que seria pertinente colocar mais catracas logo após servirem a comida, o que considerava uma
13 forma de limitar a alimentação. Era um tipo de organização do ambiente público que não incluía,
14 mas criava barreiras para a alimentação. Questionou o que vinha sendo feito para que se tivesse
15 acesso àquela alimentação, pois a Soluções fazia o que bem entendia. Além disso, também tinha
16 a questão de como aquela empresa assediava moralmente as pessoas que estavam trabalhando
17 no RU. A permanência na universidade ainda significava, como um todo, alimentação e moradia,
18 ainda que a Unicamp tivesse diversos privilégios, como, por exemplo, uma parceria com a
19 DeepMind, que era uma empresa referência em Inteligência Artificial. Disse que, junto com seus
20 colegas, estava em busca do número de pessoas que recebiam bolsa de auxílio social da pós-
21 graduação, e tinha chegado em um total de 17.750 pós-graduandos, dos quais apenas 912
22 recebiam auxílio do SAE. Aqueles auxílios eram BAT, BAM e BITA, sendo o BITA da reitoria, BAT
23 um auxílio transporte e alimentação, no valor de R\$200 reais, e BAM uma bolsa para que a pessoa
24 conseguisse vaga na moradia ou o auxílio moradia, que era no valor de 600 reais. Disse que recebia
25 aqueles auxílios e 800 reais não pagavam um aluguel em Barão Geraldo. Por isso, a discussão
26 sobre permanência, que era uma coisa básica, em uma universidade como a Unicamp, era um
27 indício de que ainda tinham que melhorar muito. Cotas raciais era o começo, pois estavam
28 reconhecendo que havia injustiça racial no contexto em que estavam inseridos. A última coisa que
29 queria trazer era a questão do trabalho. Quando a pessoa vinha para a Unicamp e era dependente
30 de uma bolsa de pós-graduação, ela não podia trabalhar, mas pesquisa era um trabalho.
31 Questionou que tipo de valorização da profissão estavam formando ali. O Prof. Cristiano tinha falado
32 de ir atrás de pessoas que tinham sucesso fora da universidade, mas ficou pensando em quantas
33 pessoas poderiam chegar à universidade e contribuir para a ciência brasileira, mas não se sentiam
34 tentadas com todas as dificuldades, por conta da desvalorização da profissão. Achava que tinha a

1 ver com a falha da extensão, pois ainda existiam pessoas que achavam que a universidade pública,
2 como a Unicamp, cobrava mensalidade. Havia toda uma desconstrução. Portanto, aquilo refletia
3 como o tripé da extensão, no “ensino, pesquisa e extensão”, era falho. Eram inúmeros desafios e
4 obstáculos. Achava que as cotas eram muito benéficas, mas sempre tinham que estar conscientes
5 de que existiam outros fatores que também dificultariam o acesso e a permanência. Além disso,
6 cada pessoa que chegava com aquelas dificuldades e não conseguia terminar o mestrado e
7 doutorado tinha que devolver a bolsa. Questionou que tipo de profissão era aquela em que você
8 trabalhava e depois tinha que devolver seu dinheiro, além de que não contava para aposentadoria
9 etc. Sem falar que o perfil da pós-graduação mudava, pois alunos com 25, 30 ou 40 anos, por
10 exemplo, tinham que se sustentar e garantir o sustento de outras pessoas. Estender aquele
11 dinheiro, que era pouco, para o cuidado de outras pessoas também era um desafio. Agradeceu. A
12 **Sra. Presidente** disse que gostaria de dar algumas respostas, pois convergiam em várias coisas.
13 Em primeiro lugar, disse que as cotas era um começo, pois tudo tinha que começar de algum lugar.
14 Outra coisa era a política de permanência, um cenário que a universidade vinha se esforçando para
15 mudar, sendo que a primeira coisa a se fazer era moradia. Não sabia se todos tinham conhecimento,
16 mas a Unicamp tinha comprado um terreno para construir moradia, porque o terreno que existia
17 atualmente pertencia à FUNCAMP. O Ministério Público tinha dito que não podiam construir mais
18 nada ali, por conta de entraves legais que iam se agravando cada vez mais. A moradia começaria
19 a ser construída no novo terreno, mas não ficaria pronta em 2023, obviamente. No entanto, existia
20 outro caminho para tentar contornar aquela situação. O SAE, que nunca tinha sido concebido como
21 algo da pós-graduação, o que era uma anomalia organizacional da universidade, começaria a ser.
22 Formalmente, ele era da PRG, não da Unicamp. Aquelas coisas estavam sendo alteradas. Inclusive,
23 a respeito do questionamento sobre os bolsistas SAE da pós-graduação, informou que eram 51%.
24 Não era pouca coisa, mas também não estava próximo de 100. Talvez nunca chegasse a 100,
25 porque não era possível. O assunto estudantil não era só graduação, mas também a pós-
26 graduação. Em primeiro lugar, talvez devesse ser mudado o formato da política, que precisava ser
27 muito ampliado. Disse que também concordava com a Sra. Maiane em relação às questões de
28 deslocamento. Exemplificou que os alunos indígenas que vinham ingressando na universidade
29 tinham problemas de deslocamento, pois não tinham uma vida cotidiana vinculada a uma estrutura
30 produtiva, como todos os outros habitantes brasileiros tinham. Eram questões que estavam se
31 colocando muito concretas para a universidade, não só para a Unicamp. Era também um problema
32 da USP, da UNESP e de outras universidades. Em relação à questão da pesquisa como trabalho,
33 ela já vinha sendo reconhecida em termos da CAPES. No âmbito da discussão da Comissão
34 Nacional de Pós-Graduação, havia uma participação muito intensa da ANPG, que vinha sendo

1 muito positiva e profícua. A demanda de que houvesse o reconhecimento do tempo de bolsa como
2 tempo de trabalho era muito forte. Aquilo estava sendo negociado com a CAPES e com o Ministério
3 do Trabalho. Então, havia um caminho que estava sendo traçado e que dizia respeito àquela
4 preocupação. De fato, a pessoa ficava quatro anos em um laboratório, trabalhando para a produção
5 do conhecimento, que era trabalho. Na verdade, aquela era uma equação: uma coisa certamente
6 era igual à outra. Agradeceu e passou a palavra para o Prof. Marco. O conselheiro **Prof. Marco**
7 **Lucio Bittencourt (FEM)** cumprimentou a todos e disse que gostaria de voltar à questão que o
8 colega da Física tinha colocado. Disse que, na última reunião da Engenharia Mecânica, tinham
9 discutido aquele aspecto da cota sem o reconhecimento da deliberação. Embora não tivessem o
10 levantamento, achava que já atingiam aqueles 25%. A política seria importante para verificar aquilo.
11 No entanto, existia a mesma preocupação relatada pelo colega da Física, que era, justamente, a
12 questão da relação do ingresso com a bolsa. Entendia que, como estava na deliberação, o ingresso
13 e a bolsa eram independentes, pois, se fossem relacionados, aquilo criaria uma dificuldade para
14 montar o edital. Possivelmente, teriam que colocar o número de vagas proporcional aos disponíveis
15 nos editais, o que poderia dar algum problema. Aquilo era um tópico que tinha sido levantado pelos
16 coordenadores da Faculdade de Engenharia Mecânica, e queria confirmar se era aquilo mesmo. A
17 **Sra. Presidente** disse que não tinha entendido. Perguntou que tipo de problema seria. O
18 conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** disse que poderia haver um programa menor
19 que, por exemplo, não teria sequer os 25% de bolsas cotistas. Dessa forma, no caso de haver 12
20 alunos ingressantes cotistas e apenas uma ou duas bolsas para distribuir, sequer atenderiam àquele
21 critério dos 25%. A **Sra. Presidente** explicou que eram 25% de vagas. O conselheiro **Prof. Marco**
22 **Lucio Bittencourt (FEM)** disse que a questão que tinha surgido havia sido justamente aquela. Caso
23 fossem vagas, tudo bem. A **Sra. Presidente** reforçou que eram vagas. O conselheiro **Prof. Marco**
24 **Lucio Bittencourt (FEM)** disse que, se estivesse desconectado da questão da atribuição das
25 bolsas, perfeito. A pergunta tinha sido se, necessariamente, aqueles 25% que ingressassem como
26 cotistas teriam que receber as bolsas. A **Sra. Presidente** respondeu que aquela priorização era
27 uma política do programa e uma disponibilidade da bolsa. A priorização do programa só podia
28 ocorrer sabendo quantas bolsas ele tinha. A Deliberação CONSU não podia prever, sem saber o
29 que iria acontecer no ano seguinte, a adequação para 84 programas, que estava sendo solicitada
30 para a concessão da CAPES. A Deliberação estava falando sobre a política de inserção de alunos.
31 Quando aqueles 25% de alunos de cada programa ingressavam, era naquela fila que iriam entrar,
32 fora o fato de que procurariam a ampliação dos auxílios, não da bolsa FAPESP nem da bolsa
33 CAPES. Então, a deliberação não estava vinculando a concessão de bolsa financeira para o aluno
34 ingressante, mas, se o programa adotava a política de cotas, ele estava adotando um princípio e

1 um contexto. Disse que lhe parecia óbvio, mas era sempre bom pontuar aquilo. Se estavam
2 colocando a inserção de alunos pretos e pardos, era possível que aquele aluno tivesse escapado
3 por algum motivo ou por conta de sua condição socioeconômica precária. Caso ele entrasse com
4 condições socioeconômicas precárias e fosse preto ou pardo, era claro que o programa iria
5 beneficiá-lo. Estava imaginando que aquilo era óbvio para cada coordenador de programa. Caso
6 não fosse necessário, seria melhor, porque distribuiriam para o restante da fila. A ideia era que
7 fizessem aquela inclusão. Disse que tinham trabalhos de extensão na periferia de Campinas com
8 alunos de ensino médio, que perguntavam para os professores quanto eles teriam que pagar para
9 estudar na Unicamp. Eles ainda não tinham informação e estavam do lado da Unicamp. No caso
10 do seu instituto, que tinha programas de educação, política e sociologia para alunos de ensino
11 médio, aquela era a informação que eles traziam. Os alunos não sabiam que poderiam vir e que
12 não teriam que pagar para pegar uma condução, por exemplo. A Unicamp ainda tinha muita coisa
13 para fazer naquele contexto, mas estavam dando um passo. Perguntou ao Prof. Marco se estava
14 esclarecido. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** respondeu afirmativamente e
15 disse que tinham aquele entendimento. A preocupação era devido ao fato de que o programa tinha
16 limitação. A **Sra. Presidente** disse que achava que a universidade tinha que fazer aquele recurso,
17 pois não podiam deixar de trazer o aluno. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)**
18 questionou o entendimento de um comentário que a Profa. Rachel havia feito, sobre a universidade
19 não poder ter um programa de bolsas de pós-graduação. A **Sra. Presidente** respondeu que a
20 universidade não podia ter bolsas Unicamp de mestrado. As paulistas públicas não podiam. Era um
21 programa de mestrado que teria o mesmo valor da CAPES ou do CNPq, tanto que a própria CAPES
22 já tinha colocado, em uma Portaria, que era possível complementar a bolsa com auxílio. A palavra
23 “bolsa” era complicada dentro da universidade pública e, então, tinham que tomar cuidado com tudo
24 aquilo. O conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** cumprimentou a todos e
25 lembrou que ter aquilo passando e sendo votado na CCPG era um motivo de orgulho e
26 comemoração. Mesmo que tardio, achava que a política de inclusão era um ponto de partida. A
27 impressão que dava era de que teriam que criar bolsas, mas não. Tinham uma estrutura, na qual
28 deveriam incluir aquelas pessoas. Era óbvio que bolsas a mais seriam sempre bem-vindas, mas, a
29 seu ver, precisavam incluir aqueles alunos na estrutura atual. Disse que participava de um curso
30 que tinha um processo seletivo para 20 alunos, e sabia que 30% deles deveriam ter reserva de
31 vagas. Se tinham 6 bolsas, 30% delas seriam designadas àqueles cotistas. Era o que pensava, de
32 uma forma bastante lógica e, obviamente, pensando no ranqueamento do processo seletivo. A **Sra.**
33 **Presidente** agradeceu ao Prof. Cláudio e disse que estava esperando a sua manifestação. A **Profa.**
34 **Cecília Rubira (IC)** cumprimentou a todos e disse que não tinha visto a documentação antes e, por

1 isso, não sabia onde o IC tinha sido classificado naqueles 3 grupos do Relatório do GT. A resposta
2 que o IC tinha dado àquele questionamento tinha sido que o instituto já implementava cotas
3 socioeconômicas desde sempre. A questão era o perfil de alunos que o Instituto de Computação
4 embarcava atualmente. Disse que tinha feito o levantamento para a CAPES quando tinha sido
5 coordenadora, há dois anos. No IC, 70% dos alunos que entravam estavam na classe C, C1, C2 ou
6 D. Eles vinham de famílias com renda de 1800 a 3000 reais. O restante era B2, mas não existia B1.
7 O programa já abraçava um número enorme e, claro, não ficavam olhando a cor da pele, porque a
8 grande maioria deles acabava tendo uma mistura enorme. No processo seletivo do IC, já tinham as
9 bolsas separadas, vindas de empresas, que davam para os alunos que tinham menos condições
10 ainda. Na sua área, que era a da computação, tinham um problema em relação à presença de
11 mulheres programadoras, o que não sabia se era o caso da grande maioria das ciências exatas.
12 Por isso, algumas empresas que doavam as bolsas pediam que a mulher fosse colocada,
13 independentemente da cor, porque era mais interessante ter o sexo feminino. Disse que não faziam
14 propaganda nenhuma a respeito daquilo, porque, no fundo, não tinham restrição de vagas. Faziam
15 a chamada e abraçavam todo mundo. Havia um processo seletivo qualitativo e, na verdade,
16 colocavam que não existia uma competição de vagas. Grande parte daqueles alunos trabalhava,
17 inclusive, no mercado. Eles não pegavam bolsa, então era um problema completamente diferente.
18 A Unicamp tinha que competir com o mercado. Não sabia se o GT tinha pensado naquele tipo de
19 perfil. Achava que, dentro daquele esquema, o instituto cumpria bastante do que seria seu papel
20 social. Havia outro estudo, que tinha feito para o levantamento da CAPES, de que a grande maioria
21 dos egressos, depois de Ciência da Computação, estavam na classe A. Só para terem uma ideia
22 de como trabalhar com alunos de classe C abaixo conseguia, depois, fazer com que assumissem
23 uma classe social econômica alta. Ficou se perguntando como o IC deveria proceder em relação
24 ao seu edital, porque davam prioridade ao critério socioeconômico, e não existia um número X.
25 Trabalhavam no conjunto e não tinham problema em dar bolsa para aqueles alunos. A **Sra.**
26 **Presidente** pediu que a Profa. Cecília repetisse a pergunta. A **Profa. Cecília Rubira (IC)** disse que
27 a pergunta era como poderiam proceder, porque tinham os dados. Tinha feito, inclusive, uma
28 pesquisa com o NEPO. Disse que tinha contratado uma ex-doutoranda do IFCH quando havia feito
29 o levantamento. A **Sra. Presidente** disse que a universidade vinha, há 20 anos, procurando adequar
30 socioeconomicamente o seu alunado. Em 2000 ou 2001, na gestão do Prof. Brito, havia começado
31 a seleção por indicador socioeconômico na graduação, ou seja, já tinha um tempo que não faziam
32 aquilo. O vestibular das universidades paulistas sempre tinha sido difícil, desde 77, quanto tinha
33 começado a redação. Depois, provavelmente em 98, a Unicamp tinha passado a ter seu próprio
34 vestibular, mais difícil e qualificado. De toda maneira, tinha sido em 2001 que aquela política tinha

1 começado a ser institucional e, por isso, pensavam na questão socioeconômica como resolvida. Em
2 alguma medida, tentavam resolver a questão socioeconômica, mas disse que a Profa. Cecília havia
3 feito uma observação que tinha até anotado, sobre não olharem para a cor da pessoa. Reforçou
4 que precisavam começar a olhar, porque tinham tido uma discussão intensa com a universidade,
5 na época das cotas da graduação, de que aquela era uma discussão deslocada. A questão da
6 escravidão e do racismo, na sociedade brasileira, era deslocada da pobreza. A questão, a discussão
7 e a solução. O fato era que tinham tido algumas políticas que prescindiam um pouco aquela
8 preocupação. Era aquilo que teriam que começar a fazer com as cotas na pós-graduação. Era claro
9 que, na periferia e na favela, havia uma conexão entre pobreza e cor. Então, achavam que,
10 resolvendo um, estavam resolvendo outro, mas, academicamente e cientificamente falando, a
11 questão racial era outra. Exemplificou que tinham tido problemas com a inclusão, naquele pequeno
12 tempo, de convivência por conta da cor da pele. Ninguém perguntava se o aluno tinha entrado com
13 mais ou menos pontuação na graduação, ou com indicadores socioeconômicos. Ninguém estava
14 perguntando aquilo para ninguém, mas vinham tendo problemas. A DeDH sabia daquilo, e esperava
15 que dessem conta daquele problema. Além de olhar a questão socioeconômica, o que era
16 excelente, precisavam, também, olhar a questão de outra maneira. Por exemplo, havia programas
17 que estavam apoiando mulheres nas áreas de tecnologia. Aquilo era um movimento mundial que
18 queria estimular que mulheres fizessem engenharia, por qualquer motivo de gênero ou de cultura.
19 Se havia, na seleção, uma menina preta, a ideia era que a beneficiassem com a cota. Era claro que
20 todos os programas que adotavam cotas faziam análise qualitativa, pois não estava fazendo política
21 assistencialista. Aquele não era o discurso nem a prática. Todos os programas tinham prova ou um
22 projeto qualificado para entrar na pós-graduação. No caso do seu programa, o que faziam era
23 adequar a pontuação para aquele aluno que se autodeclarava preto ou pardo. Neste sentido, em
24 vez de ele tirar 8, podia tirar 7. E, depois, ia para a planilha para avaliar o projeto ou para fazer a
25 entrevista, visto que o suposto era que ele não tinha tido as mesmas condições objetivas, materiais,
26 culturais e educacionais para fazer aquele projeto. Tudo era suposto, não tinha como comprovar.
27 Era uma política para melhorar aquela condição. Em relação à pergunta de como deveriam
28 prosseguir com o IC, disse que o IC era um dos institutos que tinha colocado que não adotaria cotas
29 no levantamento. De 77 programas que tinham respondido, 5 programas não tinham encaminhado
30 dados, 47% já adotavam, quase 40% iriam adotar e quase 18% não adotariam, com motivações
31 distintas. Exemplificou que, na FCM, havia programas que nem faziam seleção, já colocavam o
32 aluno na pós-graduação. A Deliberação CONSU não queria intervir na maneira como os programas
33 estavam formando as pessoas, porque era um desenho de formação. Os programas estavam
34 orientados a renunciar a algumas estratégias para adotarem a inclusão, mas não iriam intervir na

1 lógica de formação que ele tinha com os seus alunos. Talvez o IC devesse fazer uma reflexão mais
2 aprofundada, ou seja, naquela política da questão socioeconômica, incluir x% da cor da pele.
3 Tratava-se, também, de olhar para a cor da pessoa, porque o suposto era que ele não tinha tido as
4 mesmas condições de outros alunos. Era necessário fazer aquela reflexão na universidade. Disse
5 que queriam, realmente, melhorar o cenário nacional de exclusão dos pretos e pardos e do racismo.
6 No entanto, era preciso ter clareza de que a cota não resolvia a questão do racismo, mas
7 precisavam dar um passo. Como o Prof. Cláudio havia falado, era para comemorar o primeiro passo
8 de tantos que ainda teriam que dar. A **Profa. Laura Nascimento (FCF)** disse que achava que,
9 talvez, o nome “cotas” confundisse um pouco. Tinha sido coordenadora associada de graduação e
10 disse que lá era muito claro, porque o número de vagas era sempre igual, ou seja, havia uma
11 porcentagem de vagas. Na pós-graduação, talvez o nome “ter cotas” trouxesse um pouco de
12 confusão, porque era diferente de ter uma política afirmativa. Então, achava que o IC seria
13 totalmente capaz de ter uma política afirmativa em que, quando houvesse a definição de bolsas, a
14 questão racial também fosse pautada. Na primeira vez em que tinha entrado em contato com
15 aquelas informações, também tinha se confundido com “cotas”, porque, às vezes, nem tinham
16 bolsas. Na área da Farmácia, pelo menos, havia seleções que abriam sem bolsas, porque não
17 tinham condições de dar bolsas naquele momento. Exemplificou que, se dissessem que reservavam
18 25% das bolsas, a pessoa poderia prestar esperando uma situação que, talvez, não fossem capazes
19 de fornecer. O nome “cotas” assustava um pouco, porque não conseguiam garantir nem para as
20 pessoas que não se enquadravam na questão racial. Aquilo era muito inconstante e dependia de
21 quem tinha defendido no semestre anterior. Na graduação, a pessoa participava de uma seleção e,
22 quando entrava, implementavam uma bolsa para ela. Então, a política de cotas dentro da graduação
23 não estava atrelada a uma questão financeira. A área da Farmácia tinha uma dificuldade muito
24 grande de atrair pessoas, pois o piso salarial do farmacêutico era mais de 6 mil reais. Questionou
25 como atrairiam aquela pessoa para uma pós-graduação em tempo integral. Disse que a cobrança
26 da FCF era em relação à mestrados profissionais, mas nunca tinham tido um olhar parcial para
27 bolsas, especificamente. A pós-graduação era muito diferente da graduação. Na Farmácia, embora
28 quisessem atrair aquelas pessoas, a bolsa não atraía. Não se tratava de ter bolsa, mas, sim, de
29 atrair aquela pessoa com auxílios, como a representante discente tinha comentado muito bem.
30 Sugeriu que pensassem como ação afirmativa, e não na palavra “cotas”, pois, realmente, não
31 conseguiam garantir aquilo. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que não imaginava
32 que aquela fosse a grande confusão daquela discussão, porque aquele era um texto muito
33 recorrente e que não causava confusão na vida prática. Estava caminhando para a sugestão de
34 adição do texto daquela deliberação: ... a implantação de políticas de ações afirmativas em

1 modalidades de cotas de vagas de ingresso. Tratava-se de deixar muito claro, para resolver aquela
2 dúvida. Achava que aquele era o ponto: cotas de vagas, porque a política dizia aquilo. Na hora
3 certa, fariam aquela alteração ali. A **Profa. Cecilia Rubira (IC)** complementou que os dados que
4 tinha eram do perfil dos alunos dois últimos anos. Eram 70%. Assim como a Profa. Laura havia
5 falado, era mais a favor de ações afirmativas. A **Sra. Presidente** disse que era daquela afirmativa
6 que estavam falando ali. A **Profa. Cecilia Rubira (IC)** disse que não colocavam, por exemplo, 5
7 para preto e 10 para pardo porque, no fundo, abarcavam todo mundo que estava interessado.
8 Estavam trazendo qualquer cor que estivesse lá no meio. A seleção já era inclusiva por si só. A **Sra.**
9 **Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que traria mais alguns pontos para a discussão,
10 pois estavam inseridos em um contexto histórico e social. Em 1932, as mulheres tinham conseguido
11 o direito ao voto. Naquele dia, estavam ali discutindo cotas raciais na pós-graduação, o que era
12 excelente. Questionou quantas pessoas negras, trans ou indígenas estavam ali naquele momento.
13 Estavam decidindo o futuro de pessoas que não estavam ali. Por mais que entendesse a fala da
14 Profa. Cecília, de que não enxergavam a cor da pele quando a pessoa chegava no processo
15 seletivo, a sociedade tratava as pessoas de forma diferente de acordo com a cor da pele. Não há
16 muito tempo, tinha acontecido um caso de racismo na Unicamp, por parte de um professor. Por
17 isso, não podiam ignorar aquele contexto em que estavam inseridos. A questão das cotas, que
18 achava que causava uma confusão, era no sentido de que aquilo não iria diminuir as chances de
19 obtenção de vaga pelas pessoas que estavam chegando. Seriam atribuídas bolsas de cotas a ela,
20 porque, primeiro, tinham que fazer com o que o cotista chegasse à universidade. E, sobre a questão
21 de ser aberta à concorrência, o problema era a falta de bolsa, e não o cotista que tinha chegado ali.
22 Uma graduação em uma universidade como a Unicamp, como o IC, tinha bolsas que iriam fazer
23 diferença na vida daquela pessoa que estava chegando ali. Garantiu que a parte mais fácil era
24 chegar, pois, quando a pessoa tinha uma bagagem de racismo, por exemplo, ou uma pessoa trans
25 que tinha a média de vida de 35 anos, não era tão fácil focar na pesquisa, pois era pesado. Era
26 interessante lembrar que agora existia, no SAE, um relato no sentido de “por que eu preciso de
27 bolsa?”. Havia inúmeros relatos de pessoas com insegurança alimentar e de não poder garantir a
28 próxima refeição. Então, achava que a palavra “cota” era, sim, interessante, pois já vinha junto da
29 ideia de inclusão. Tinham sido mais de 300 anos de escravidão. Ainda hoje, em 2023, havia casos
30 de fazendas que eram pegadas com trabalhos análogos à escravidão. Tinha visto até um caso de
31 Uruguaiana, em que jovens de 14 a 17 anos estavam trabalhando na lavoura. Aquelas crianças e
32 adolescentes não teriam chance de chegar à Unicamp naquelas condições. Sugeriu que
33 lembrassem do contexto histórico e social em que estavam inseridos e que as discussões que
34 existiam na sociedade iriam refletir, também, na universidade. Eram um reflexo da sociedade.

1 Agradeceu. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** cumprimentou a todos e disse que
2 achava que era histórico, realmente, o momento de estarem discutindo um assunto tão importante.
3 Na primeira vez em que tinha lido o documento, tinha ficado na dúvida sobre o real significado do
4 verbo do Art. 1º: “ficam orientados”, se significava uma opcionalidade, como era o seu primeiro
5 entendimento, ou uma obrigatoriedade. No entanto, no Art. 2º, via uma contradição, pois havia a
6 obrigatoriedade de, pelo menos, 25% do total de vagas, embora a ideia fosse opcionalidade. Se a
7 ideia era facilitar de alguma maneira, questionou por que não deixar que um programa que estava
8 começando optasse por um percentual de vagas de 15 ou 20%, inferior a 25% em uma primeira
9 tentativa. A adesão do programa era totalmente opcional, mas, quando optava, tinha uma
10 obrigatoriedade de, pelo menos, 25%. Sugeriu que flexibilizassem um pouco mais, de acordo com
11 as diferenças de cada programa. Em relação àqueles números que a Profa. Rachel havia citado no
12 começo, sobre a possibilidade de adesão, achava que já havia modificações, além de que a própria
13 enquête tinha motivado a discussão dentro dos programas que, inicialmente, estavam dispostos a
14 não implementar. Se houvesse uma maleabilidade, também com aquela proporcionalidade da
15 porcentagem de cotas, achava que aquilo ajudaria na implementação de uma maneira bastante
16 positiva. Lembrou que a discussão sobre o critério socioeconômico de gênero estava
17 contemplada no Parágrafo Único do Art. 1º, com a possibilidade de expandir, além da cota étnico-
18 racial, propriamente dita. A **conselheira Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE)**
19 cumprimentou a todos e disse que, assim como o Prof. Cláudio, achava que era um momento para
20 se comemorar. Depois de quase um ano trabalhando naquela discussão, ficava contente com o
21 depoimento do colega da Medicina, que tinha dado um retorno de que o trabalho daquele GT tinha
22 possibilitado que alguns programas já comesçassem a discutir a questão. Tinham observado aquilo
23 também no caso da Engenharia de Alimentos, em que tinham se deparado com a situação de
24 pessoas que tinham se candidatado e sido aprovadas, mas que não tinham tido condições de vir.
25 Achava que aquela discussão das bolsas e das cotas era histórica. Era importante assumirem um
26 posicionamento político e que olhava para as pessoas que estavam à margem da sociedade. Na
27 Faculdade de Educação, que tinha tido um programa de cotas, o edital de seleção de bolsas atribuía
28 um percentual importante no momento de considerar a situação dos bolsistas. O fato de ter
29 ingressado por cota era considerado um diferencial no momento da concessão de bolsa. A Profa.
30 Bárbara, em vários momentos, tinha trazido a situação do IFCH, em que aquela questão era feita,
31 inclusive, com duas listas, em que se ia atribuindo uma para vagas universais e uma para os
32 cotistas. Então, não via problema no modo como a resolução estava concebida, do ponto de vista
33 de acenar para as cotas no ingresso. Lembrou que a representante estudantil tinha estado
34 bastante presente e atuante na discussão, trazendo contribuições importantes para o desenho que

1 tinham ali. Achava que as questões socioeconômica e de gênero eram importantes, mas aquele
2 tinha sido um GT focado na questão étnico-racial. Tinha ficado muito feliz em ver a Unicamp
3 avançando naquela direção. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Heloísa e disse que
4 ela tinha esclarecido um pouco de como tinha sido o trabalho do GT e de como tinham focalizado a
5 discussão para que ela fosse bem orientada naquela deliberação. O conselheiro **Prof. Marko**
6 **Synesio Alves Monteiro (IG)** cumprimentou a todos e complementou que aquele era um dia de
7 comemoração, porque tinha demorado bastante para a Unicamp avançar em algumas coisas, mas
8 ainda era extremamente atrasada em outras. Achava que estavam muito atrasados naquela
9 discussão sobre racismo. Uma dúvida que tinha era em relação à obrigatoriedade. O orientador não
10 obrigava ninguém, o que achava uma pena. Deveriam ter uma política para que todos os programas
11 implementassem alguma ação afirmativa. Pelo menos era um passo. Analisando o debate, percebia
12 como era complicado entender que era necessário falar de racismo na universidade, o que não
13 deveria acontecer. Tinha passado por aquilo no IG. Recentemente, tinha havido uma discussão
14 sobre a dificuldade que alguns tinham de compreender que viviam em um país racista, em que o
15 racismo operava de forma a excluir pessoas. A Unicamp era parte do Brasil, e, então, aquela
16 questão era inevitável. Chamava a atenção para os colegas que achavam que o racismo não
17 deveria ser discutido, pois havia décadas de pesquisa de muitas áreas mostrando a importância da
18 diversidade na ciência. Aumentava o impacto da ciência, além das citações. Para quem era
19 fissurado no que estava acontecendo no mundo, todas as grandes financiadoras obrigavam os
20 projetos a implementarem ações de diversidade. Por isso, achava que estavam muito atrasados
21 naquela questão. Estava falando como tinha falado no IG, pois precisava mostrar que era uma
22 questão muito política e de justiça social extremamente importante. Mas, assim como a Profa.
23 Rachel havia falado, a questão do racismo era diferente da questão socioeconômica. Achava que
24 os colegas tinham dificuldade para entender que era preciso atacar as duas. Já tinham décadas de
25 ações para incluir pessoas com dificuldades financeiras e a universidade ainda era muito branca,
26 em termos do que era o Brasil. Sugeriu que a Unicamp, por via da Diretoria de Direitos Humanos,
27 talvez da CCPG, pensasse em mostrar os dados sobre raça na pós-graduação, onde tinha mais
28 resistência, talvez, do que em outros lugares. Seria importante mostrar como aquelas pessoas
29 estavam ausentes e como aquilo causava prejuízos para a Unicamp. A questão da avaliação, de
30 que falavam ali, era muito importante e já levaria para a sua CPG, que era uma coisa que estava
31 tentando fazer há uns dois anos e não tinha conseguido. A Unicamp deveria ter dados sobre a
32 universidade, especialmente sobre raça, em termos gerais, para viabilizar o problema. Achou bom
33 que estavam conversando sobre aquilo, pois o argumento “a gente já faz a nossa parte” era comum.
34 Outra questão era tornar visível o problema com números, mostrando as ausências e as pesquisas

1 que revelavam a importância de incluir aquelas pessoas. Outro argumento que escutava era de que
2 havia programas de ciências naturais que não estudavam o racismo. A questão não era que a
3 pessoa estudaria raça. A existência de geólogas e geólogos negros fazia toda a diferença.
4 Exemplificou que a Unicamp até tinha aproveitado a publicidade de uma geóloga quilombola que
5 estava estudando a contaminação histórica da mineração na área do quilombo que ela vinha, que
6 era um tema extremamente geológico e político. Questionou quem iria se interessar por estudar o
7 solo contaminado pela mineração naquele quilombo se não tivesse pessoas como ela para
8 ingressar. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Marko. Disse que faria alguns
9 comentários. Um deles era sobre o exemplo do Prof. Marko, da geóloga negra. Tinham discutido
10 no GT sobre como aquilo poderia mudar o perfil de pesquisa e do conhecimento produzido. Não
11 era porque a pessoa era preta ou parda que ela iria mudar o conhecimento, mas, talvez, ela
12 trouxesse uma visão sobre a necessidade de estudo e da produção de conhecimento que outros
13 não tinham. Achava que a Medicina tinha exemplos excelentes. Exemplificou que, na Dermatologia,
14 estudar uma lesão na pele preta era diferente de estudar uma lesão na pele branca. O professor,
15 naquela aula, tinha tido que voltar para casa e refazer o estudo, porque não estavam acostumados
16 àquilo. Mudava a produção do conhecimento. Para a universidade, olhando como um local que se
17 produzia conhecimento, aquela era uma grande adição da política de cotas. Era claro que estavam
18 atuando para que a desigualdade diminuísse, mas a mudança na produção do conhecimento era
19 fundamental. Disse que outra coisa que gostaria de falar era que orientação não era obrigação, o
20 que tinha sido discutido no GT. Quando o Governo Federal, em 2012 ou 2013, tinha definido aquilo,
21 as federais tinham tido que fazer a adequação imediatamente como obrigatoriedade, mas outras
22 universidades tinham ido na carona daquela mesma Portaria e definido orientações ou políticas
23 internas. Disse que iriam orientar na PRPG, pois gostariam que todos se convencessem de que a
24 produção de conhecimento mudava com a mudança da universidade. Em relação à preocupação
25 do Prof. Guilherme, sobre a questão dos 25%, achava que eram preocupações de quem não tinha
26 praticado a cota ainda e de quem nunca tinha visto aquilo acontecer em uma seleção, visto que não
27 haveria, obrigatoriamente, 25% das cotas destinadas a pretos e pardos se eles não aparecessem
28 na seleção. Exemplificou que, caso houvesse só um aluno em uma seleção com 10 vagas e ele não
29 cumprisse o mínimo, não entraria. Reforçou que não era uma política assistencialista e, então, não
30 era porque a pessoa era preta ou parda que iria entrar. Era uma política de ação afirmativa para
31 ingresso na universidade. Caso tivesse 10 alunos que se autodeclarassem pretos e pardos e 20
32 vagas, decidiriam se iriam dar aquelas vagas para eles ou se chagariam a 50. Ou, ainda, se iriam
33 querer beneficiar os outros alunos e completar os 75% com alunos não pretos e não pardos. Era
34 possível decidir se quisessem, pois havia uma grande esfera de autonomia dos programas para

1 gerirem as cotas. Agradeceu ao Prof. Guilherme por ter mencionado o Parágrafo Único, que dizia
2 que podiam ter cotas para mulheres, pessoas trans e indígenas, mas aquilo não estava na
3 deliberação. Aquela deliberação era étnico-racial, ou seja, para pretos e pardos. Esclareceu que
4 eram cotas de vagas. Além disso, aquela orientação não era uma obrigação, mas queriam que as
5 pessoas se convencessem de que era importante. Achava que iriam conseguir, porque mais da
6 metade já estava convencida e, então, iriam para a outra metade. Passou a palavra para a Profa.
7 Nashieli. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que, na verdade, como
8 o IFCH já estava fazendo aquela discussão há algum tempo, acabavam naturalizando. Assim como
9 Prof. Cláudio, achava essencial parabenizar e mostrar a importância daquela minuta, pois, ouvindo
10 os colegas e as colegas, percebia a importância daquilo. Achava que os programas que ainda não
11 tinham implementado estavam em atraso, e menos de 25% era pouco. Para ela, a minuta abrangia
12 o necessário naquele momento, para que, justamente, aqueles 50% dos programas que ainda não
13 tinham implementado fizessem o teste. Reiterou a importância daquilo e que a porcentagem era
14 baixa. Agora entendia que não havia um entendimento, por parte dos colegas, do que representava
15 aquela política afirmativa. Não estava descolado de classe social, mas era preciso mostrar que
16 estava colado. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** disse que, em relação às falas dos
17 colegas, achava que não deveriam ficar intimidados de falar, pois tinha participado daquele GT e
18 confessou que sua cabeça havia mudado muito. Tinha adorado participar do GT, porque tinha
19 começado a entender muita coisa e desmistificar os conceitos que ele, sua família e muitos colegas
20 traziam. Por exemplo, havia diferença entre estar beneficiando os pobres e estar beneficiando os
21 negros. Só tinha começado a perceber aquilo depois que tinha começado a fazer parte daquele GT.
22 Lembrava-se de sua infância, pois tinha vindo de origem humilde e tinha muitos amigos brancos e
23 negros que eram pobres. Depois de um tempo, tentando reatar contato, tinha percebido que os
24 pobres negros não tinham chegado mais longe em termos de educação e de oportunidades do que
25 outros colegas que também eram pobres, mas brancos. Ficava claro que tinha algo a mais. Só falar
26 de caráter socioeconômico não traduzia toda a dificuldade que aquelas pessoas tinham,
27 adicionalmente, por serem negras e pardas, o que eu fazia muita diferença. Outra coisa era que,
28 por ter participado do GT, tinha percebido que, no texto, falavam “ações afirmativas na forma de
29 cotas”, mas aquilo não limitava. Aquilo não queria dizer que o programa, por exemplo, não
30 conseguia implantar as cotas ou que a forma de seleção dificultava, por diversas razões, que a
31 divisão qualitativa de cotas fosse feita. Mas aquilo não impedia que alguma ação afirmativa
32 fosse feita, pois não era porque não podiam implantar cotas que não faziam nada. A filosofia era
33 muito maior do que aquilo. Estavam tentando focar em um problema para consertar uma ferramenta.
34 Esclareceu que as cotas não eram uma ferramenta política, mas uma ferramenta somente. Não era

1 a política em si. Havia outras possibilidades de diminuir aquela desigualdade, mas focavam nas
2 cotas porque elas eram emblemáticas, bastante importantes e tinham um peso. Podiam tentar, de
3 repente, investir mais na questão da permanência. Em seu programa, iriam bonificar os alunos na
4 hora de fazer a seleção das Bolsas CAPES, porque, por ser diferente, era difícil pensar em cotas
5 no sistema da FT. No entanto, haveria uma ação de bolsistas e, claro, aquilo era só um orientador.
6 Exemplificou que, no caso de ter dois alunos bons, um negro e um branco, aquele negro tinha maior
7 chance de ser bolsista. Então, indiretamente, estava incentivando aquelas pessoas a entrarem e
8 ficarem. Tinham que ser criativos e não ficar só presos na ferramenta. Achava que não podiam se
9 limitar, pois tinham que mudar a cultura e incluir aquelas pessoas de alguma forma. A **Profa.**
10 **Claúdia Regina Cavaglieri (FEF)** cumprimentou a todos e disse que era um prazer estar
11 novamente naquela sala, reencontrando pessoas queridas, pois era um lugar de que gostava muito.
12 Primeiramente, queria parabenizar a todos, porque era um dia realmente histórico. Relembrou as
13 discussões do primeiro GT, em meados de 2015, e de como os discursos tinham se modificado, o
14 que era muito bom para a universidade. Aqueles números que apresentavam, de quase 50% da
15 universidade com alunos cotistas, demonstravam que tinham derrubado barreiras importantes, por
16 mais que tivessem atrasos históricos. A universidade era sempre mais lenta naqueles processos.
17 Disse que gostaria de contribuir um pouco. Vinha da Faculdade de Educação Física, onde estavam
18 vendo toda a questão do racismo estrutural no esporte, embora fosse um local em que tinham um
19 convívio tranquilo e normal com pretos e pardos, que eram grandes esportistas. Então, achava que
20 atingiam aqueles valores tranquilamente, independentemente de terem uma política de ação
21 afirmativa ou não, mas achava importante que tivessem. A única preocupação que tinha e que,
22 talvez, ninguém tivesse tocado, era de que estavam falando de ingresso. Logicamente,
23 permanência era uma preocupação muito grande, e a Educação Física era diferente da Farmácia,
24 por mais que fosse farmacêutica. Os valores de salário eram muito baixos e, portanto, as bolsas
25 ainda atraíam as pessoas para a pós-graduação. A questão da permanência ainda era muito
26 grande. Mas a sua preocupação era no sentido de ingresso mesmo. No seu programa, tinham a
27 questão da língua estrangeira como requisito inicial e aquela era uma coisa que precisariam discutir,
28 porque o domínio de uma língua, especialmente a inglesa, era uma limitação muito grande não só
29 para o ingresso, mas para a permanência e sucesso no programa. Achava que uma das questões
30 que ainda precisavam ter na universidade era o suporte para que os alunos tivessem possibilidades
31 na questão da segunda língua. Disse que já vinha acompanhando algumas iniciativas de ampliação
32 nas universidades, mas elas ainda eram incipientes para o número de alunos, especialmente se
33 quisessem, e certamente queriam, atingir aquela população. Precisavam dar suporte,
34 especialmente, para a língua inglesa. Achava que aquele era um dos pontos em que poderiam

1 investir por ações afirmativas. Outros grupos também precisavam. Sobre a questão do gênero, o
2 Grupo das Acadêmicas da Unicamp, que contava com alunas de pós-graduação, funcionárias e
3 professoras, vinha trabalhando bastante com aquilo. Disse que fazia parte daquele grupo e achava
4 que era extremamente importante. Tinham um número muito grande de mulheres na universidade,
5 maior do que o de homens, mas a distinção estava, muitas vezes, nos cargos mais elevados. Era
6 outro grupo que, talvez, pudesse ser beneficiado por ações afirmativas. Na FEF, outra questão
7 importante era a dos portadores de necessidades especiais. A FEF era uma referência nacional e
8 internacional em relação a esportes paralímpicos, e tinham ficado décadas sem acessibilidade. Para
9 terem uma ideia, os principais atletas brasileiros, lesados medulares, que faziam parte da Seleção
10 Paraolímpica Brasileira, ainda não tinham como ir até a Secretaria de Pós-Graduação, que ficava
11 no 1º andar. Achava que ainda tinham muitas coisas para avançar, mas eram barreiras que iam
12 derrubando aos poucos. Ficava feliz que a universidade fosse inclusiva e, mesmo com pequenos
13 passos, esperava que mudassem aquele discurso cada vez mais e incluíssem todo mundo dentro
14 da universidade. Parabenizou a todos que tinham trabalhado no último GT. Disse que tinha
15 trabalhado no primeiro e ver o resultado do último a deixava muito feliz. Agradeceu. O conselheiro
16 **Prof. Mauro Cardoso Simões (FCA)** disse que via aquela discussão com muito bons olhos, porque
17 sentia que as ações afirmativas da Unicamp tinham nascido da boa vontade das coordenações dos
18 programas. Achava muito importante ter um momento como aquele, na forma de deliberação, para
19 que as próximas coordenações tivessem um respaldo institucional, ainda que fosse um otimista
20 trágico e visse que muitos problemas iriam surgir na sequência, com os quais teriam que lidar. Disse
21 que até tinham falado da Comissão de Averiguação em uma das reuniões, e a Profa. Rachel tinha
22 dito para aguardarem, pois haveria um momento para tratarem daquilo. A disposição de todos em
23 equacionar aquilo o deixava bastante animado para os próximos anos. A **Sra. Presidente**
24 agradeceu o apoio. A **Profa. Laura Nascimento (FCF)** disse que talvez não tivesse ficado claro a
25 diferença entre cota e ação afirmativa, porque, na deliberação, ela não abria aquelas opções de
26 ações afirmativas como, por exemplo, bonificação de notas. Então, no caso da FCF, o edital não
27 tinha vagas e, por isso, não tinha como reservá-las. Perguntou se, caso tivessem bonificação no
28 edital, seriam considerados a aderir à política de cotas, porque cota era uma coisa específica.
29 Solicitou que a corrigissem se estivesse errada, mas cotas eram uma das ações afirmativas, e
30 naquela deliberação só tinha cota. Então, era certo falar que não iria aderir à cota, porque o seu
31 edital não permitia. Estava um pouco confusa com aquilo. Caso fosse falar que iria bonificar em
32 relação à questão racial, perguntou se tinha que declarar que estava aderindo à política de cotas.
33 Era aquilo que tinha ficado confuso, porque a deliberação não falava daquelas outras opções que
34 estavam no relatório. Havia a força de vontade para fazer aquilo valer, mas não tinha entendido se,

1 na prática, deveria declarar que estava assumindo as cotas ou não, visto que não tinha como
2 reservar vaga, mas queria bonificar as pessoas na questão racial. A **Sra. Presidente** disse que a
3 bonificação já era um tipo de beneficiamento para reservar a vaga. Talvez tivessem que melhorar
4 alguma redação. A **Profa. Laura Nascimento (FCF)** perguntou se, no caso de ter 25% no edital,
5 teria que falar que tinham cotas, pois 25% das pessoas que iriam prestar seriam bonificadas. A **Sra.**
6 **Presidente** disse que a bonificação iria beneficiar 25% das vagas. Caso resolvessem bonificar, a
7 bonificação seria aquela equivalente à 25% das vagas. A **Profa. Laura Nascimento (FCF)**
8 perguntou se mesmo que não tivesse vagas no edital, pois ele não abria com número de vagas.
9 Assim como o IC, o aluno entrava se passasse na prova. A **Sra. Presidente** respondeu que
10 precisavam ver como redigir o edital. A **Profa. Laura Nascimento (FCF)** disse que era só para
11 entender se conseguia dizer que estava dentro da ação afirmativa ou não. A **Sra. Presidente** disse
12 que poderiam dar a bonificação. A forma que tinham escolhido iria produzir um benefício a 25% do
13 que estavam dispondo. Aquele era o termo formal da política. A **Profa. Laura Nascimento (FCF)**
14 agradeceu. Disse que aquilo já tinha sido acordado, mas não tinham entendido se seria considerado
15 naquele percentual. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE)** disse que, se não
16 estava enganada, tinham considerado aquelas vagas como modalidades. A modalidade “cotas”
17 tinha sido indicada pensando naqueles 25% e levando em conta que nem sempre conseguiam
18 atingir aquele percentual. Disse que a FE tinha cotas fazia algum tempo e estavam sendo bastante
19 insuficientes em relação àquele percentual, mas, no edital, não tinham considerado a possibilidade
20 de transferir vagas não preenchidas por cotas para vagas universais. Por último, ressaltou que a
21 fala do Prof. Enelton tinha sido muito produtiva em relação àquele GT e ao que ele estava
22 apontando. Ao longo daquele processo, vinham testemunhando as discussões, e uma das coisas
23 que o Prof. Enelton não tinha nomeado era a polarização entre inclusão e mérito. Em algumas
24 áreas, a questão do mérito ainda era bastante forte e enfática. Aquele tinha sido um dos desafios
25 que tinham tido que vencer e lidar ao longo das discussões. Mas entendia que estavam apontando
26 a modalidade “cotas”. A **Sra. Presidente** disse que iria complementar a questão do Prof. Enelton,
27 pois ele era o efeito que queriam na universidade. Quando as pessoas discutiam, esclareciam e
28 tiravam suas dúvidas, percebiam e se adaptavam àquele princípio. Achava que era muito bacana o
29 que ele tinha dito. Disse que iria complementar uma coisa que a Profa. Cláudia havia falado, porque
30 a preocupação com aquela política ampla, que eram as políticas afirmativas, tinha aparecido no GT,
31 como a questão das pessoas trans, indígenas e com deficiência. Tinha optado pelo GT étnico-
32 racial, mas tinham se visto frente a um problema, tanto que aquele Parágrafo Único da deliberação
33 expressava aquela preocupação. Havia coisas que, às vezes, não sabiam. Tanto a Unicamp quanto
34 outras universidades tinham que abrir concursos públicos com cotas para pessoas com deficiência,

1 segundo uma lei federal. No entanto, várias não cumpriam aquilo. Aquilo não cabia para uma
2 seleção de pós-graduação, a preocupação legal não chegava até aquele ponto. Ainda estavam
3 olhando para aquilo de forma tênue. Naquele Parágrafo Único da deliberação, disse que ela própria
4 queria fazer uma sugestão. Estava escrito que cabia aos programas de pós-graduação da Unicamp
5 avaliarem o atendimento por meio de políticas de ações afirmativas em modalidades de cotas a
6 outros grupos sociais que não apresentassem condições de competir em condições de igualdade
7 nos processos seletivos e nos processos históricos e culturais de desigualdade e marginalização.
8 Ou seja, aquela era toda a preocupação com os demais grupos. Sugeriu que retirassem o que
9 estava na deliberação e na modalidade de cotas no Parágrafo Único para deixar, realmente, livre
10 para os programas. Caso quisessem abrir uma cota para mulheres e para pessoas com deficiência,
11 com bonificação e com pontos, podiam abrir. Então, achava que aquele Parágrafo Único podia ser
12 liberado na sua redação para aquilo. A outra sugestão que tinham estava no segundo
13 “considerando” daquela deliberação, que falava em modalidades de cotas de vagas implantadas.
14 Esclareceu que estavam falando da graduação no “considerando”. No Art. 2º, que tinha gerado a
15 confusão. O Art. 2º era claro: eram 25% de vagas, não de bolsas. A sugestão era mudar o Parágrafo
16 Único, tirando a “modalidade de cotas”. Talvez, não mudar o “considerando” de cima, pois, na
17 graduação, eram cotas e pronto. Reiterou que estavam falando do Art. 2º, sobre os 25% de vagas
18 disponibilizadas. Não precisava sair no edital, mas era o que teriam na seleção. Passou a palavra
19 para a Profa. Heloísa. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE)** disse que faria
20 uma correção importante à fala do Prof. Marko. O professor tinha dito que as ações afirmativas, até
21 ali, tinham nascido da boa vontade dos programas. Precisava registrar que, no caso da Faculdade
22 de Educação, as ações afirmativas tinham nascido da luta dos estudantes, que tinham ocupado a
23 faculdade e os forçados a discutirem a questão. Achava que aquele era um registro que precisava
24 ficar. Não era uma concessão dos coordenadores e professores, mas o resultado da luta dos
25 estudantes. A **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Heloísa. A **Profa. Cecília Rubira (IC)** disse que
26 só gostaria de deixar registrado que tinha ido procurar os dados do seu programa e, atualmente,
27 cobriam 40% de pardos, pretos e amarelos. Só não cobriam os indígenas. Então, 40% entravam
28 automaticamente com ação social. Talvez fosse importante aquele contraponto, pois uma coisa era
29 propor e outra era, realmente, ter um impacto social. Para ela, os dados ali mostravam o impacto
30 social, pois 32% iam para o pardo, 4% para o preto e 4% para o amarelo. A grande maioria estava
31 no pardo e, no IC, viam que existia uma mistura. Podiam tirar foto e fazer uma inteligência artificial
32 para buscar cor, mas eram bem misturados. E, até mesmo na pós-graduação, tinha uma coisa
33 bastante tranquila no IC. Então, sabia que havia todos aqueles problemas, mas tinham um bom
34 ambiente dentro daquele esquema. Achava que suas dúvidas estavam juntas com as da Profa.

1 Laura. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que, quando a pós-graduação fizesse um levantamento
2 dos programas, visto que ela precisava de dados para orientar a política na universidade, seria
3 importante que aqueles dados aparecessem de forma objetiva, porque não tinham aparecido no
4 levantamento anterior. Tinham tido só a opinião do IC. Os dados objetivos que tinham pedido no
5 formulário não tinham sido concedidos e, então, não tinham aquela avaliação. Disse que gostariam
6 de ver exatamente tudo o que acontecia nos programas para ter aquela política, substantivamente
7 baseada em dados. Certamente iriam, em algum momento, solicitar que aquilo ficasse bem claro.
8 De toda maneira, disse que ficava contente com a discussão, que tinha sido muito profícua. Tirando
9 as dúvidas daquele texto, seria uma mudança, que era tirar o Parágrafo Único com a modalidade
10 de cotas, deixando políticas afirmativas em sua forma ampla. Achava que estava resolvida a
11 questão dos 25% do total de vagas, tal como tinha sido colocado no Art. 2º. Tinha considerado
12 mudar o “considerando” no preâmbulo da deliberação, mas era um preâmbulo voltado para a
13 graduação e, por isso, não tinham que mexer, pois era cota mesmo. Perguntou se mais alguém
14 gostaria de se manifestar. Não havendo, colocou o texto do item 1, com alteração do Parágrafo
15 Único, em votação, que foi **aprovado por unanimidade**. Disse que passaria para o Item 2 e passou
16 a palavra para o Sr. Elias. O **Prof. Elias Tambourgi** cumprimentou a todos e disse que se tratava
17 de uma demanda da representação estudantil, a qual tinha levado, para a Comissão PED, a
18 alteração do Art. 14. O Art. 14 dizia, no item 1, que os mestrandos poderiam atuar como PED C por
19 dois semestres e, no item 2, que os doutorandos poderiam atuar por 5 semestres. Informou que
20 tinham retirado aqueles números “dois” e “cinco” e estendido, com exceção do período de
21 integralização, que já estava previsto na Resolução PED. Então, os mestrandos e doutorandos
22 poderiam fazer quantas vezes quisessem, exceto a integralização. Havia outras mudanças que
23 iriam fazer, mas informou que falaria delas no Expediente. Da parte da Resolução era, realmente,
24 tirar o limite máximo de dois e cinco semestres, mantendo a não possibilidade de fazer no período
25 de integralização. Aquilo iria para a PG e, depois, para o Sr. Reitor assinar, valendo só para 2024.
26 A **Profa. Cláudia Cavaglieri (FEF)** disse que gostaria de entender um pouco mais do porquê, uma
27 vez que, antes da resolução, não tinha limite. Quando tinha coordenado o PED, uma das questões
28 que tinha sido apontada na avaliação dos alunos era que alguns alunos, privilegiados, ficavam todo
29 o mestrado e o doutorado como PED da disciplina, fazendo que muitos outros não conseguissem
30 ser PED. Por isso, o limite tinha sido estabelecido não para cercear o aluno, mas justamente para
31 que houvesse um fluxo de rotatividade e para ampliar a participação PED. Por mais que
32 ampliassem, também, os valores e o número de bolsas, eles seriam sempre menores do que a
33 demanda em relação ao programa. Exemplificou que haveria casos em que um aluno ou uma aluna
34 de iniciação científica de determinado professor entrariam no mestrado e no doutorado como PED,

1 alegando que já tinham experiência, que já estavam trabalhando com aquele professor etc. Se
2 estabelecessem limites, obrigatoriamente teriam que abrir o processo e outros alunos teriam a
3 possibilidade de entrar naquele programa. Estava colocando aquela consideração porque não sabia
4 o que tinha subsidiado aquele pedido, mas fazia muito tempo que estava ali e sabia o que tinha
5 acontecido quando tinham estabelecido o limite. Talvez o limite estivesse sendo muito ruim e tivesse
6 que ser ampliado. Agradeceu. O **Prof. Elias Tambourgi** disse que tinha sido uma solicitação da
7 representação discente. Nos relatórios, não tinha sentido aquele tipo de problema. Relembrou que
8 as unidades tinham as suas próprias regras, e que só faziam uma regra impeditiva no final. Caso a
9 unidade quisesse fazer com que tivesse limite de 3 ou 4 semestres, por exemplo, ela poderia colocar
10 aquilo em sua regra geral. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que
11 gostaria de dar um exemplo, pois, no IFCH, tinha sido formada uma Comissão PED, e um dos
12 critérios que tinham colocado como prioridade aos que tinham solicitado inscrição era que não
13 tivessem sido PED no semestre anterior. Aquele era um critério interno que garantiria o fluxo para
14 os que não tinham sido PED e que vinha funcionando na hora da seleção. A **Sra. Maiane Junqueira**
15 **Teixeira Neto (FEEC)** disse que o pedido tinha surgido porque os representantes discentes tinham
16 recebido vários relatos de que não existia interesse, por parte da comunidade discente da faculdade,
17 em ser PED de uma disciplina. Por isso, a pessoa que tinha interesse em ser PED não poderia,
18 devido ao limite. No pedido, estavam algumas coisas que deviam ser levadas em consideração,
19 não era só ser PED infinitamente. As reclamações também ocorriam porque o aluno que queria ser
20 docente tinha o PED como única possibilidade de formação, dada a forma como a pós-graduação
21 era feita no Brasil. No EA² havia um curso de formação PED, mas as vagas eram muito limitadas.
22 Inclusive, na FEC, exigiam que a pessoa fizesse aquele curso antes de ser PED. No entanto, a
23 função de ser PED, geralmente, dependia muito do professor da disciplina, que iria ensinar a forma
24 de lecionar. Sobre a questão de ficarem repetindo pessoas, aquilo já acontecia de forma não
25 institucionalizada, visto que, quando o orientador tinha um aluno de confiança, dava preferência
26 para ele em relação às demais pessoas. Concordava que devia haver uma rotatividade, mas achava
27 que seria interessante a universidade dar a possibilidade de que não houvesse disciplinas sem
28 PED. Achava que não ter o limite poderia possibilitar que os institutos agissem de acordo com o
29 que observavam nos programas. Aí entrava o que a Profa. Cláudia tinha mencionado. A intenção
30 discente era dar possibilidade para as pessoas que estavam sendo limitadas. Agradeceu. A **Profa.**
31 **Cláudia Cavaglieiri (FEF)** disse que continuava acreditando que iriam voltar atrás, mas tinha
32 entendido a origem do pedido. O problema era o professor da disciplina. Questionou por que ele
33 não estava conseguindo PED. Não sabia se quebrar aquele ritmo iria resolver o problema. Achava
34 que não, mas também achava que, se deixassem por conta das unidades, cada uma olharia a

1 resolução e resolveria ficar com o mesmo aluno várias vezes tranquilamente, já que não tinha limite.
2 Disse que levaria aquela orientação para a sua unidade, mas, em princípio, achava que deveriam
3 manter o limite, para não correrem o risco de repetição. Tinha gostado da ideia do IFCH, da questão
4 de não repetir como um critério de prioridade. Talvez, aquilo devesse estar escrito, de alguma
5 maneira, como orientação para as unidades, porque elas poderiam interpretar que não tinha limite
6 e ficar por 10 ou 12 semestres seguidos com o mesmo aluno. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse
7 que a Sra. Cláudia havia lembrado que a CAPES exigia PED. Então, era sempre bom lembrar que
8 não dava para ser o mesmo aluno e, neste sentido, teria que haver alguma regra interna da unidade.
9 Disse à Profa. Cláudia que não sabiam se aquilo iria acontecer de novo, mas talvez precisassem
10 de um texto para que as regras internas ocorressem. Talvez pudessem mencionar que aquilo
11 deveria ser feito na deliberação, de alguma maneira. Passou a palavra para o Prof. Enelton. O
12 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** disse que, como aquela mudança tinha vindo para atender
13 uma demanda específica, talvez pudessem ser mais específicos na norma. Exemplificou que, na
14 FT, tinham dificuldade de conseguir PED, pois o pessoal não queria ir para Limeira. Não se
15 orgulhava de dizer aquilo, mas tinha havido um semestre em que tinham devolvido 12 bolsas PED,
16 visto que não tinham interessados. Naquele caso, se a pessoa já tinha sido PED, queria ser de novo
17 e havia um número limite de vezes, ela não poderia assumir, mesmo que não tivessem PED. Era
18 um prejuízo enorme. Talvez, fosse interessante ter aquele limite e abrir uma exceção no caso de,
19 por exemplo, não haver interessados. Assim, aquela pessoa que já tinha sido PED algumas vezes
20 teria permissão para ser de novo. Mas, no caso de ter outra pessoa interessada, ela teria,
21 obrigatoriamente, a preferência, a fim de não viciar o processo. O conselheiro **Prof. Aurélio Ribeiro**
22 **Leite de Oliveira (IMECC)** cumprimentou a todos e disse que gostaria de defender o fim do limite,
23 olhando para a questão dos alunos de graduação. No caso do IMECC, praticamente todos os PEDs
24 eram de disciplinas de serviço, mas havia muitos alunos PEDs que eram excelentes para os alunos
25 de graduação daquelas disciplinas, pois tinham didática e, de vez em quando, queriam colocar o
26 aluno de novo e não podiam. Ainda havia o problema de um ou outro aluno terem dificuldade de
27 conseguir, mas aquela limitação, do ponto de vista do ensino da graduação, atrapalhava o IMECC.
28 Seria interessante que não houvesse aquela limitação. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto**
29 **(FEEC)** disse que traria uma demanda. Não via como retrocesso, pois era algo que iria influenciar
30 a vida dos discentes, mas não tinha sido pensado de qualquer forma. Então, iria ler o texto que
31 tinham enviado e que estava sendo debatido: “Eliminar ou aumentar o limite de participação no
32 doutorado, assim, alunos de mestrado continuam com limite de duas vezes, enquanto alunos de
33 doutorado passam a poder participar quantas vezes desejarem até ou atingirem um novo limite”. A
34 primeira era aquela. “Eliminar esse limite para participações voluntárias, assim o aluno do mestrado

1 ou doutorado poderá participar até o limite de suas participações, porém poderá participar como
2 voluntário, quantas vezes desejar; eliminar esse limite para participações voluntárias e para
3 participações com bolsistas e permitir a seguinte exceção: o aluno de mestrado e doutorado que já
4 atingiu o limite de participações poderá receber bolsas e se valer, simultaneamente, de todos os
5 seguintes itens: não existem outros candidatos que respeitem a participação da disciplina a qual ela
6 se candidatou e existem bolsas disponíveis na unidade após a locação regular”. O que queriam era
7 trazer aquela terceira opção e, então, não seria algo aleatório de a pessoa ficar infinitamente. Havia
8 alguns critérios que deveriam ser atingidos, como, por exemplo, não haver outras pessoas para a
9 vaga. Também tinham pensado naquela possibilidade. Questionou como tirar o limite poderia incluir
10 a demanda que estavam trazendo, pois, pelo que tinha lido, tinham tirado apenas a parte do limite.
11 Achava que seria importante para a interpretação, talvez, até adicionar o que estava escrito no
12 Parágrafo 3. Não sabia se aquela possibilidade existia, mas achava que podiam trazer aquela
13 mudança levando em consideração, ainda, o que a professora tinha falado. A **Sra. Presidente** disse
14 que tinha acabado de esboçar um parágrafo que, na verdade, viria como Parágrafo Único: “dadas
15 as exigências em formação didática para os alunos de pós-graduação, de mestrado e de
16 doutorado...”, por “exigência em formação didática” estava pensando na CAPES, “... as
17 coordenações PED das unidades devem observar a distribuição adequada das bolsas do Programa
18 de Estágio Docente”. Tinham que olhar aquilo, pois ali não dava para ter regra. Tinham que observar
19 a circularidade da Bolsa PED. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que talvez
20 fosse o caso de colocar a possibilidade, caso a pessoa estivesse há algum tempo como PED, de
21 avaliar a existência de demais candidatos e candidatas, sempre. A **Sra. Presidente** disse para
22 colocar “observar a distribuição adequada”. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse
23 que aquilo entrava no que ela tinha falado, então achava que sim. A **Sra. Presidente** disse que
24 ficaria um Parágrafo 1º: “Dadas às exigências em formação didática para os alunos de pós-
25 graduação, de mestrado e de doutorado, as comissões PED das unidades devem observar a
26 distribuição adequada das bolsas do Programa de Estágio Docente, garantindo a participação de
27 maior número de discentes”. Perguntou à Profa. Cláudia se ela achava que aquilo poderia resolver.
28 A **Profa. Cláudia Cavaglieri (FEF)** disse que achava que sim. Só a questão da Bolsa CAPES já
29 estava no critério. Na sua unidade, já tinham aquilo como prioridade e ficava bem clara a questão
30 do rodízio de pessoas. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** perguntou se o termo
31 era coordenação PED ou comissão PED. A **Sra. Presidente** respondeu que era comissão PED. O
32 conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** comentou que, assim como existiam pessoas
33 que faziam várias vezes, como tinha sido comentado ali, também existiam aqueles alunos que não
34 necessariamente se inscreviam e que não faziam nenhuma vez. A **Sra. Presidente** questionou

1 onde estava o coordenador do programa e o orientador da bolsa. O conselheiro **Prof. Marco Lucio**
2 **Bittencourt (FEM)** disse que, em geral, era feito o edital e os alunos se inscreviam. A **Sra.**
3 **Presidente** respondeu que não tinham como fazer nada com aqueles que não se inscreviam.
4 Existiam diversas situações, mas aquilo cabia ao orientador e à coordenação do programa. A **Profa.**
5 **Cláudia Cavaglieri (FEF)** disse que, nos critérios de defesa, tinham que lembrar a coordenação de
6 ver quem eram os bolsistas e se eles cumpriam aquilo. Para os bolsistas, talvez fosse o caso de
7 colocar no próprio SIGA a exigência de ele ter passado pelo programa, porque tinha gente que não
8 cumpria mesmo. A **Sra. Presidente** disse que o SIGA era para todos. Nem todo mundo tinha bolsa
9 CAPES. A **Profa. Cláudia Cavaglieri (FEF)** disse que a coordenação, de alguma maneira, teria
10 que fazer aquilo. A **Sra. Presidente** disse que não tinha como a reitoria nem a unidade fazerem
11 aquilo, pois ficava a cargo da coordenação do curso. A **Profa. Cláudia Cavaglieri (FEF)** disse que
12 eram signatários da CAPES e os bolsistas tinham que estar no programa. Questionou se eram
13 corresponsáveis daquilo. A **Sra. Presidente** respondeu que sim, mas mudar o sistema SIGA e
14 colocar um “não se aplica” para o aluno que não era bolsista e para aquele que não queria ser PED
15 era controle total. A **Profa. Cláudia Cavaglieri (FEF)** disse que não era controle total, mas facilitaria
16 o processo se colocassem que ele não tinha bolsa e que não se aplicava. Era como o caso do
17 Comitê de Ética. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** disse que o SIGA não tinha como controlar
18 bolsa. A **Sra. Presidente** concordou e disse que, quando fosse encaminhar uma defesa de tese, o
19 orientador saberia que ele tinha sido bolsista CAPES, pois tinha assinalado “X” ou “não se aplica”
20 no SIGA. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** disse que também não controlava a
21 questão do Comitê de Ética, então era apenas uma declaração. Era aquilo que a Profa. Cláudia
22 estava falando. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** sugeriu que cada CPG
23 levasse aquilo como informe e como ponto de pauta para os coordenadores e coordenadoras,
24 dizendo da importância do PED. E, por outro lado, também tinham um relatório anual dos
25 estudantes, onde aquele ponto poderia ser considerado. Quando a coordenação do programa fosse
26 lendo os relatórios, a subcomissão poderia ser incorporada também, visto que ficavam mandando
27 e-mails para os alunos para lembrá-los de entregar o relatório completo, ou não poderiam pedir
28 qualquer apoio econômico do programa científico. Talvez fosse o caso de perguntar se o aluno tinha
29 feito PED, em qual disciplina e o que tinha contribuído para a sua formação. Tinham feito aquilo
30 como dado qualitativo, também. Então, poderia ser incorporado. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira**
31 **Neto (FEEC)** disse que aquela Portaria da CAPES era extremamente abusiva. Aquilo nem deveria
32 existir, porque nenhum tipo de formação didático-pedagógica deveria exigir que a pessoa fosse
33 PED. Já começava errado ali, mas, pensando mais um pouco do ponto de vista discente, os
34 interesses divergiam. No seu programa, tinham, em média, 400 pessoas matriculadas na pós-

1 graduação, da última vez que tinha visto. Questionou como que, sendo obrigatório, poderiam
2 garantir que todas aquelas pessoas tivessem experiência PED. De fato, muitas pessoas não tinham
3 experiência PED, mas permitiam porque não tinham vaga. Nem todo mundo podia ser PED, e a
4 pessoa já dependia de bolsa para fazer pesquisa. Caso ela não respeitasse os critérios, iria tirar a
5 bolsa de alguém. A **Sra. Presidente** lembrou que poderiam ser PED voluntários. Achava que a
6 Odontologia, talvez, fosse melhor exemplo, pois lá tinha dezenas de PEDs voluntários e bolsistas.
7 A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que não existiam disciplinas suficientes. A
8 **Sra. Presidente** disse que podia ter dois PEDs em uma disciplina, se fosse o caso. Achava que a
9 voluntariedade resolvia aquilo. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse que trabalhar
10 fazendo pesquisa já era algo desafiador por conta do dinheiro. Disse que, se tinha que fazer algo
11 voluntário para conseguir defender ou para manter a bolsa, não era mais voluntário, mas obrigatório.
12 A **Sra. Presidente** disse que muitos alunos queriam fazer PED, sendo que alguns não precisavam
13 de bolsa e outros só podiam fazer com ela. Então, era uma situação muito difusa. Tinha dado o
14 exemplo da Odontologia porque eles realmente tinham dezenas de PEDs, voluntários e bolsistas.
15 A FCM também tinha aquilo. Era claro que estariam colocando uma coisa junto com a bolsa de
16 mestrado e doutorado, mas aquilo existia e achava bom que existisse. A **Sra. Maiane Junqueira**
17 **Teixeira Neto (FEEC)** disse que concordava e via a importância da formação, mas não em ser
18 PED. Via a importância de uma formação adequada e sólida junto daquilo. Era importantíssimo,
19 porque ser pesquisadora no Brasil estava bem longe de ser docente. O que estava querendo dizer
20 era que, se estava sendo obrigada a ser PED voluntária, então deixava de ser voluntária. Disse que
21 o seu questionamento era aquele. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse
22 que era uma troca, pois o aluno recebia uma bolsa da CAPES e aquela era uma forma de retribuir
23 para a sociedade a bolsa que estava recebendo. Sempre tinha uma primeira vez. O aluno iria fazer
24 um PED pela primeira vez e, depois, podia fazer outro se quisesse, mas para a CAPES era
25 obrigatória a retribuição. A **Sra. Elayne Rohem Peçanha (IQ)** cumprimentou a todos e disse que,
26 ainda sobre o assunto do PED, tinha tido uma curiosidade nas últimas semanas. Disse que, quando
27 tinha ido se inscrever PED, tinha notado que alguns institutos tinham uma quantidade bem diferente
28 de vagas PED B e PED C em relação à outras. Na FCM, por exemplo, havia uma centena de bolsas
29 PED B e PED C. Já no seu instituto, que era o Instituto de Química, tinham 10 vagas PED B e 42
30 vagas PED C. Na Faculdade de Tecnologia, os cursos englobavam, no total, 13 PED B e 19 PED
31 C. Gostaria de saber como era delimitada a quantidade de bolsas para os cursos. O **Prof. Elias**
32 **Tambourgi** esclareceu que trabalhavam com verba. Então, a unidade recebia uma verba e definia
33 quantos PED B e PED C iria colocar. Exemplificou que, em sua unidade, que era a Engenharia
34 Química, o PED B era quem ia para o laboratório. A **Sra. Elayne Rohem Peçanha (IQ)** disse que

1 a sua dúvida era em relação à verba que era destinada a cada instituto, no sentido de, por exemplo,
2 terem 19 bolsas PED C para Limeira e 104 na FCM. Era meio desproporcional, em relação à
3 quantidade. O **Sr. Elias Tambourgi** respondeu que, caso a unidade não alcançasse os parâmetros
4 do algoritmo, notoriamente, a verba caía. Exemplificou que uma unidade podia receber 100 mil em
5 um ano e 80 mil no outro, porque era um dos índices do algoritmo. Disse que a Marcela e a Isabela
6 faziam levantamento mensal sobre o que estava sobrando de dinheiro no orçamento. A **Sra.**
7 **Presidente** esclareceu que não era uma negociação que definia aquela verba. Era uma equação
8 de carga didática, número de docentes e nota do curso, que tinha sido algo definido para a
9 Comissão PED de professores e alunos. A **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (FEEC)** disse
10 que PED era formação. A bolsa de mestrado não era boa para fazer aquele tipo de pedido. Achava
11 que era sempre pertinente pensar em como aumentar aquele número de bolsas, para que também
12 fosse atrativo, por conta da permanência. Apresentar o voluntariado como uma forma de resolver o
13 problema era mascarar um problema que era maior. Precisavam de mais bolsas. Ser PED não era
14 um retorno para a sociedade. Retorno para a sociedade era extensão, e a extensão da Unicamp
15 não funcionava adequadamente. Não achava que o limite pudesse impossibilitar que aquilo
16 acontecesse, com a possibilidade de PED voluntário. Agradeceu. A **Profa. Cláudia Cavaglieri**
17 **(FEF)** lembrou que o valor da bolsa era um auxílio para que o aluno tivesse a ajuda na questão
18 do transporte e da alimentação, pois, fora do contra período, havia unidades que tinham aula à
19 noite. Então, havia despesas extras para o aluno. Logicamente, seria melhor se conseguissem dar
20 aquele auxílio para todo mundo, mas tinham 17 mil alunos de pós-graduação, o que tornava aquilo
21 praticamente inviável. Achava que a ponderação da Profa. Rachel tinha sentido, porque muitos
22 alunos queriam ter aquela experiência e, às vezes, nem por obrigatoriedade, mas porque
23 possibilitava a ela uma maior chance de prestar um concurso no futuro, por exemplo. Nos critérios
24 estabelecidos na atribuição do auxílio, quem tinha a bolsa era a prioridade para o voluntariado. Caso
25 não fizessem aquilo, estavam indo contra o que a própria resolução definia em relação ao PED. O
26 voluntariado amplificava a possibilidade para aqueles que não conseguiam ter bolsas, mas queriam
27 ter experiência, que era extremamente rica, quando olhavam nos relatórios. Agradeceu. A **Sra.**
28 **Juliana Barandão** disse que, na verdade, a obrigatoriedade de fazer o estágio docente não era da
29 Unicamp, mas da bolsa CAPES. Então, talvez coubesse uma articulação nacional daquele
30 questionamento sobre obrigatoriedade. Pensando no que a Profa. Cláudia tinha trazido, já havia
31 uma disposição, na resolução, de priorizar os alunos que já tinham bolsa em detrimento dos que
32 não tinham. Então, achava que era uma questão nacional, e não da Unicamp, de obrigarem os
33 alunos a fazerem o PED. Era uma condição da bolsa CAPES. A **Sra. Presidente** disse que estava
34 tudo esclarecido. Informou que o item 2 teria a adição daquele Parágrafo 1º, que tinha resultado da

1 discussão, e que ficaria da seguinte maneira: “dadas às exigências em formação didática para os
2 alunos de pós-graduação, de mestrado e de doutorado, as Comissões PED das unidades devem
3 observar a distribuição adequada das bolsas do Programa de Estágio Docente, garantindo a
4 participação do maior número de discentes.” Colocou o item 2 em votação, com adição do Parágrafo
5 1º, que foi **aprovado por unanimidade**. Disse que passaria para o Expediente e que tinha algumas
6 coisas que gostaria de mencionar. Uma delas era um anúncio, mas achava importante já mencionar:
7 os dados do Repositório da Unicamp no REDU. Disse que já tinham tido duas reuniões com o
8 pessoal que cuidava daquilo. O REDU era definido por Deliberação CONSU, e todas as
9 universidades paulistas tinham aquilo. Era uma exigência, inclusive, da FAPESP para quem tinha
10 bolsa, para que colocassem seus dados ali. Estavam vendo uma maneira de, primeiramente, trazer
11 aquela prática de depósito de dados, das teses e das dissertações como algo regular e que, talvez,
12 devesse ser obrigatório no seu início, como tinha sido o caso do Turnitin, que teve um tempo de
13 adaptação. O Repositório de Dados era o lugar onde a Unicamp e todas as universidades queriam
14 se colocar como referência para aquilo que era produzido no Brasil, visto que, muitas vezes, a
15 pessoa terminava o mestrado e o doutorado com uma base de dados interessante, mas que não
16 tinha virado patente. Precisavam registrar aquilo. O registro era feito pelos metadados, que era uma
17 ficha que a pessoa colocava no sistema, ou, além daquela ficha, a pessoa podia colocar os próprios
18 dados, exceto se fossem os dados da Astronomia, por exemplo, que não cabiam no repositório
19 comum. Em geral, tinham dados que cabiam no repositório. Era algo que estava sendo previsto e
20 que deveria acolher todos aqueles tipos de dados, mapas ou tabelas. A ideia era que aquilo fosse
21 algo a ser encaminhado já na solicitação de defesa, para que não houvesse o esquecimento do
22 aluno. Então, queriam que o SIGA colocasse algum dispositivo no encaminhamento da defesa, que
23 fosse exatamente o atestado de que o depósito tinha sido feito. O orientador também fazia o
24 atestado de que o orientando tinha depositado os dados da sua dissertação, tudo conforme o
25 Comitê de Ética. Disse que, no caso de um dado que fosse confidencial, como no caso de um
26 convênio de uma empresa, só seria colocado aquilo que era possível. O aluno só colocaria a ficha,
27 porque tinha defendido publicamente. Não precisaria colocar o produto em si, nem uma entrevista
28 com confidencialidade do agente, por exemplo, mas tinha que colocar na ficha que tinha feito a
29 entrevista. Em geral, os alunos tinham que registrar o dado em um repositório único e geral da
30 universidade. Explicou que o fato de a tese já ter sido publicada e ido para a biblioteca era outra
31 coisa. Aquilo de que estavam falando eram os metadados e, eventualmente, a tabela, o gráfico ou
32 a planilha de dados. Informou que iriam dar um tempo para aquilo, pois ainda faltava muito ajuste e
33 conversa. Faltava conversar com o Sr. Fernandy, mas iriam entrar no mesmo esquema de fazer
34 daquilo uma obrigatoriedade na hora do encaminhamento da defesa. Ainda era um aviso, que seria

1 implementado depois. A **Profa. Cláudia Cavaglieiri (FEF)** disse que achava que a grande
2 dificuldade com as coisas novas era o sistema. Não era fácil mexer no REDU, porque ele era bem
3 complexo. Já tinha tentado várias vezes e achava que tentar facilitar aquele repositório era o
4 primeiro passo para que as pessoas o usassem. A **Sra. Presidente** disse que usava o REDU e que
5 tinha depositado pesquisas lá, mas sua última pesquisa não estava lá e, portanto, tinha sumido. Já
6 tinha reclamado. A **Profa. Cláudia Cavaglieiri (FEF)** disse que não era uma coisa simples. Então,
7 achava que precisavam ver o que realmente tinham que colocar lá, porque havia muitas
8 informações que precisavam ser colocadas e aquela questão não era fácil nem para os alunos nem
9 para os docentes. A confidencialidade não ocorria somente quando tinham dados vinculados a
10 empresas, mas a própria publicação dos dados também tinha problema, quando disponibilizavam
11 as planilhas para algumas revistas internacionais. Então, tinham que colocar aquilo como
12 justificativa factível. Exemplificou que vinha trabalhando em deixar fechado, mas havia
13 pesquisadores que pediam dados específicos, os quais disponibilizava mediante solicitação. Eles
14 não ficavam abertos constantemente. Era inegável que a ciência aberta iria chegar, mas achava
15 que, se pudesse ter aquele tipo de justificativa, seria legal. Agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que
16 ainda estava muito no início para implantação. O sistema já existia. Quem coordenava aquilo na
17 Unicamp era a Profa. Cláudia Medeiros, do IC. Informou que, na segunda-feira anterior, tinham tido
18 uma reunião com ela. Não sabia em que medida a plataforma podia melhorar, porque não era uma
19 plataforma que tinham construído. Disse que ela estava toda em inglês, o que não era exatamente
20 um problema, mas ela era ruim até como manual. Era pouco intuitiva e não ajudava muito. O pessoal
21 que trabalhava com ela era muito disponível para ajudar, mas ainda era uma demanda pequena e,
22 se fossem pensar em tudo que a Unicamp produzia, tinha pouca coisa lá. A ideia era que tivesse
23 muita coisa. No que se referia aos alunos da pós-graduação, iriam seguir o caminho de convencer,
24 praticar, colocar e exigir. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva (FEAGRI)** relatou que, logo
25 que a plataforma tinha sido lançada, tinha tido muita dificuldade e, por isso, tinha desistido, pois
26 achava que precisaria de um treinamento. A Profa. Cláudia tinha estado na FEAGRI e ministrado
27 palestras, mas os alunos, até onde sabia, não tinham acesso à plataforma, só o docente. A **Sra.**
28 **Presidente** disse que talvez tivesse que ter outro esquema para o aluno entrar. Precisavam
29 aperfeiçoar. Atualmente, era só um anúncio do que iriam fazer. A **Sra. Cláudia Vianna Maurer**
30 **Morelli (FCM)** comentou que não necessariamente os dados tinham que estar lá, mas, pelo menos,
31 um metadado, uma *tag* do trabalho que tinham feito. Assim, geravam um DOI do que estavam
32 fazendo, e, por isso, era vantajoso. A **Sra. Presidente** disse que colocar uma ficha era
33 importantíssimo, porque a pessoa já ganhava um DOI para áreas específicas, o que poderia ser um
34 atrativo daquele investimento. O **Prof. Elias Tambourgi** sobre o PED, disse que tinham tido 1.169

1 estagiários no primeiro semestre, sendo que 250 eram voluntários, e 1150 alunos inscritos para o
2 segundo semestre e 54 voluntários. Uma coisa que o estava preocupando era que, no período de
3 relatório final, tinham que analisar os recursos dos que tinham sido reprovados. Tinha sido 150
4 relatórios reprovados e, destes, cerca de 100 sem atuação do supervisor. Os alunos tinham atuado
5 em todos os relatórios, mas o supervisor não tinha atuado no relatório nem respondido às duas
6 perguntas. Então, ficava difícil atuar no sistema. Caso reprovasse os 100 alunos, eles não poderiam
7 fazer no ano seguinte. Conversando com a Profa. Rachel, tinha tomado a decisão de aprovar os
8 relatórios em que os alunos tinham atuado. A segunda coisa, que tinha sido combinada com o Sr.
9 Fernandy e que era reivindicação antiga dos coordenadores da pós-graduação, era que, feita a
10 inscrição dos alunos retardatários na pós-graduação de 2024, iriam abrir o sistema para uma adição
11 de alunos, a fim de pegarem os alunos ingressantes no mestrado e doutorado. No calendário,
12 haveria dias específicos, depois da matrícula dos retardatários, para que pudessem adicionar
13 alunos em lista de espera. Tinha sido uma reivindicação interessante. Por enquanto, o Sr. Fernandy
14 estava atendendo 100% das solicitações. Agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que o
15 segundo ponto do Expediente era o treinamento de prestação de contas PROAP/PROEX. O **Prof.**
16 **Elias Tambourgi** disse que a Sra. Marli tinha conseguido, na CAPES, que eles fizessem
17 treinamento online de 200 funcionários da pós-graduação. A CAPES tinha marcado um treinamento
18 online, via Teams, para o dia 15 de agosto de 2023, das 15h às 17h, totalmente online. Sugeriu que
19 todos informassem sobre o treinamento para os funcionários em suas unidades. A Sra. Marli
20 passaria as instruções. A **Sra. Marli** disse que seria enviado um e-mail orientando todos sobre
21 como fazer a inscrição, mas a PRPG já estava informando previamente. Tinha recebido um e-
22 mail, naquela semana, de que seria no dia 15/08, das 15h às 17h, com os técnicos da CAPES.
23 Informou que passaria todas as informações e o link para entrar no treinamento. A **Sra. Presidente**
24 disse que a importância daquilo se dava porque, atualmente, estavam tendo programas com
25 problemas de auditoria e de prestação de contas de 10 ou 15 anos atrás. A ideia do treinamento de
26 prestação de contas era, exatamente, vislumbrar que nada daquilo acontecesse mais na prestação
27 de contas dos programas. Havia diligências de documentação, só que tinham que procurar coisa
28 de 10 anos atrás. Era muito complicado. A conselheira **Profa. Heloisa Pimenta Rocha (FE)**
29 perguntou se poderiam sugerir de ficar gravado. A **Sra. Presidente** disse que achava que a própria
30 CAPES gravava. A **Sra. Marli** disse que falaria sobre a gravação para eles. A **Sra. Presidente** disse
31 que, embora achasse que eles gravavam automaticamente, talvez eles não disponibilizassem a
32 gravação. Disse que poderiam pedir. Informou que a ampliação da proficiência inglesa também era
33 só um aviso, porque a Profa. Cláudia tinha mencionado exatamente aquele problema. Estava
34 acontecendo uma iniciativa da DERI junto com a PRG e, em alguma medida, aquilo seria estendido

1 até a PRPG, para ampliação da proficiência em inglês nos primeiros anos de graduação, e, depois,
2 para a pós-graduação. Disse que tinham um problema sério e crônico em relação ao inglês, pois o
3 CEL, que era o Centro de Estudos de Línguas da Unicamp, tinha apenas 5 professores de língua
4 inglesa. Havia professores de outras línguas, mas somente cinco de inglês, o que era muito
5 complicado. Muito provavelmente, o CEL nunca conseguiria dar conta do número necessário para
6 que todos os cursos tivessem a sua disciplina ou a sua proficiência no volume que precisavam. O
7 **Prof. Elias Tambourgi** disse que havia uma reunião da PRPG, DERI, DEL, IEL e PRG para
8 viabilizar pequenos cursos de prestação em inglês instrumental. No semestre seguinte, fariam o
9 teste somente para a graduação. Esperava que, no segundo semestre, a pós-graduação estivesse
10 envolvida. O CEL, no semestre anterior, tinha aberto, excepcionalmente, vagas para a pós-
11 graduação em inglês. Não costumava abrir vagas nas disciplinas de inglês. Para a surpresa deles,
12 tinham feito exame de avaliação e metade dos alunos de pós-graduação matriculados não tinham
13 nem o nível 1 em inglês. Então, aquela era uma preocupação do CEL. Antigamente, o MEC tinha
14 um programa de inglês, mas achava que, no segundo semestre, a pós-graduação também estaria
15 envolvida para capacitação em língua inglesa. A **Sra. Presidente** disse à Profa. Cláudia que,
16 quando falavam da questão das cotas e da inclusão, aquele problema não iria aumentar um
17 pouquinho. Havia programas que colocavam, na seleção, já no ingresso, a proficiência em inglês.
18 Havia outros que já sabiam daquele problema e colocavam antes da qualificação. O fato era que
19 tinha que ter, e tinham que dar conta daquilo como instituição. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**
20 **Rangel Loera (IFCH)** perguntou se os funcionários que trabalhavam nas pós-graduações
21 receberiam algum treinamento também, ou se seriam contemplados. A **Sra. Presidente** respondeu
22 que a Educorp vinha fazendo aquilo. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)**
23 disse que iriam receber, para o semestre seguinte, 8 professores visitantes no IFCH, e que estavam
24 criando um protocolo para recebê-los. Disse que, mapeando um pouco todos os setores, poucas
25 pessoas tinham inglês ou espanhol básico e, então, achava que seria importante enfatizar aquilo.
26 Disse que tinha tido uma conversa com a secretaria e eles tinham mencionado que a Educorp
27 oferecia aqueles cursos, mas, às vezes, não tinham horários nem dias. Era muito complicado, pois
28 havia dias em que as secretarias faziam reuniões, como era o caso da quarta-feira no IFCH. A **Sra.**
29 **Presidente** disse que poderiam conversar para ter uma aplicação daquilo, mas, de fato, para os
30 funcionários, a Educorp vinha fazendo algum esforço para dar conta da proficiência. Informou que
31 a CAPES tinha liberado o exame do Duolingo para os alunos que iriam viajar com as Bolsas Print.
32 Achava que tinham visto aquilo. Havia uma portaria, postada há uma semana, que dizia o Duolingo
33 tinha um teste simplificado de inglês, que poderia ser usado como proficiência para as Bolsas
34 CAPES. O **Prof. Elias Tambourgi** disse que, se entrassem no site do Duolingo, havia 4 mil

1 universidades americanas, no mundo inteiro, que aceitavam a qualidade do teste. Informou que
2 podiam fazer um teste de graça, o que era interessante. A **Sra. Presidente** disse que aquele
3 programa não era da Unicamp, era pelo Fórum de Pró-Reitores, e muitas universidades não tinham
4 conseguido usar as bolsas porque os alunos não conseguiam ter proficiência. Era claro que aquilo
5 era mais grave em universidades de outras regiões, mas era grave na Unicamp também.
6 Percebendo aquilo, achava que a Capes tinha permitido, a partir daquela Portaria, o uso do
7 Duolingo. Só para ficar no assunto do Print, seria enviado um e-mail para os coordenadores dos
8 Projetos Print, que não eram exatamente os coordenadores de unidade, solicitando que eles
9 avaliassem se havia demanda para bolsas, porque queriam fazer uma nova avaliação de
10 redistribuição. Às vezes, um projeto não iria usar, mas outro sim. Então, aquela transferência era
11 possível, e achava que a Sra. Rita iria mandar um e-mail para os colegas. Havia tempo para todas
12 as etapas. Passou a palavra para a Sra. Rosângela falar sobre o GT de Avaliação da Pós-
13 Graduação. A **Sra. Rosângela Ballini** disse que tinham encaminhado a ficha de dados obrigatórios
14 para a seleção dos alunos e tinha tido uma demanda de questionamento sobre os dados. Disse que
15 aqueles dados eram importantes para a padronização das informações e estavam discutindo o
16 tempo todo que a pós-graduação precisava de dados. Informou que os programas que já usavam
17 o SIGA para as inscrições dos candidatos não precisariam fazer nada, porque os itens ficariam
18 como obrigatórios para os candidatos. A questão eram os programas que não usavam o sistema
19 SIGA. Recomendou que todos começassem a usar, se fosse possível. Achava que aquilo iria
20 padronizar, inclusive, o próprio sistema da universidade. Comentou que algumas informações eram
21 opções que abriam, e que iria encaminhar cada uma delas, e citou como exemplo, a sigla do país,
22 a nacionalidade etc. Outras coisas também seriam colocadas, e iria colocar as informações que
23 seriam digitadas. Disse que iria reenviar os slides com uma coluna explicitando como era a entrada
24 da informação, mas, novamente, quem já usava o SIGA não precisaria se preocupar. Apenas quem
25 não usava teria que inserir na ficha. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)**
26 perguntou se iriam conseguir inserir diversidade de gênero, porque aquilo tinha sido uma questão
27 que tinha surgido na CPG. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** respondeu que a DAC estava
28 estudando aquilo junto com o DeDH, para que pudessem inserir o gênero no cadastro do aluno e
29 na ficha. Atualmente ainda não havia aquela opção. A **Sra. Rosângela Ballini** disse que o nome
30 social, que também tinha sido demanda de alguns programas, não era obrigatório no SIGA, mas
31 tinha a opção de o programa deixar como obrigatório, se quisesse. Caso o programa quisesse
32 colocar na sua própria ficha, poderia, mas aquelas informações, pelo menos, seriam obrigatórias
33 para todos os programas. A **Sra. Presidente** disse que eram muito ruins de dados. Tinham poucos
34 dados de boa qualidade para, inclusive, fazer uma política. Era por isso que, no caso da pós-

1 graduação, já tinham definido aquele órgão que iriam tentar orientar, e ela estava se dedicando
2 àquilo. A **Sra. Rosângela Ballini** acrescentou que tinha conversado com o Sr. Fernandy e aqueles
3 que não usavam o SIGA teriam que gerar um arquivo XML para ser importado para o sistema SIGA,
4 a fim de que ficasse tudo no sistema. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE)**
5 disse que não usavam o SIGA na FE, pois tinham um sistema próprio. E, quando a informação da
6 ficha tinha chegado, estavam com o sistema todo usado, pois, no dia seguinte, abririam a inscrição
7 para o processo seletivo. Perguntou se ficariam com uma falha naquele ano ou se teriam que coletar
8 aquilo de outra forma. A **Sra. Presidente** respondeu que deveriam tentar fazer com que aquilo
9 virasse um XML, para que virasse uma planilha. A **Sra. Rosângela Ballini** disse que deveriam
10 tentar coletar posteriormente. Teriam um período de transição. A **Sra. Presidente** disse que poucos
11 programas não usavam o SIGA, mas eram programas importantes. O Programa da Faculdade de
12 Educação era enorme. Então, deveriam tentar fazer com que aquela transformação acontecesse
13 agora e, depois, adaptar melhor. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE)** disse
14 que, futuramente, poderiam colocar os dados faltantes, mas não os dos candidatos. A **Sra.**
15 **Presidente** disse que ficaria em falha mesmo. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)**
16 solicitou que mandassem os slides do LUMINA. Sugeriu que, na questão da proficiência, as aulas
17 de inglês fossem gravadas e as disciplinas fossem ofertadas todo semestre com a monitoria de
18 PEDs, por exemplo. A **Sra. Presidente** disse que não sabia exatamente como seriam aquelas
19 aulas, mas era uma boa ideia. Informou que pediria ao Prof. Cristiano para enviar os slides e
20 encaminharia para todos. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha (FE)** disse que
21 gostaria de aproveitar que aquela era a sua última reunião para se despedir. Agradeceu a
22 aprendizagem no espaço da CCPG e a convivência com os colegas e com a equipe da PRPG, pois
23 as meninas de lá eram ótimas e os tiravam de todos os apuros. Agradeceu. A **Sra. Presidente**
24 agradeceu à Profa. Heloísa e disse que as meninas também tinham agradecido. Disse que a
25 contribuição da professora sempre tinha sido fundamental e agradecia por sua presença ali. Disse
26 que ela continuaria contribuindo em várias coisas. Informou que também era a última reunião do
27 Prof. Ariovaldo, que tinha se despedido já na reunião anterior. Também agradeceu a presença do
28 professor. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva (FEAGRI)** agradeceu e disse que tinha
29 sido um aprendizado. A **Sra. Presidente** agradeceu à presença de todos e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **407ª**
Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 9 de
agosto de 2023.